

25 de Maio de 2020

A missão da ADIMB é a de promover o desenvolvimento técnico-científico e a capacitação de recursos humanos para a Indústria Mineral Brasileira

O conteúdo das matérias é de inteira responsabilidade dos meios de origem

EL PAÍS

DANOS AMBIENTAIS E VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS EXCLUEM VALE E ELETROBRAS DE FUNDO SOBERANO

Noruega decide vetar investimentos em companhias brasileiras após analisar impactos socioambientais de desastres em mineradoras e megaempreendimento na Amazônia

O Banco Central da Noruega anunciou nesta quarta-feira a decisão de excluir a mineradora Vale e a estatal de energia Eletrobras do maior fundo soberano do mundo, que administra uma reserva de mais de 1 trilhão de dólares a partir de lucros gerados pelo petróleo. A sanção imposta a sete empresas, incluindo as duas gigantes brasileiras, tem como principais fundamentos violações de direitos humanos e danos ambientais causados por megaempreendimento na região amazônica e tragédias em áreas de extração de minério. Com isso, as companhias punidas não poderão mais receber investimentos em ações do fundo que, somente no Brasil, tem quase 10 bilhões de dólares aplicados.

De acordo com o Conselho de Ética do banco, responsável por elaborar diretrizes de investimento, a Vale representa “riscos inaceitáveis devido a graves danos ambientais”, em referência aos rompimentos de barragem em Brumadinho e Mariana, que, além do impacto ao meio ambiente, deixaram pelo menos 280 mortos. O relatório aponta que a Vale mantém outras barragens (atualmente, mais de 150) espalhadas pelo país e poderia ter conhecimento sobre os problemas estruturais que causaram as tragédias. Em janeiro, um ano depois do desastre de Brumadinho, o Ministério Público de Minas Gerais denunciou o ex-presidente Fabio Schvartsman e outros 10 funcionários da companhia por homicídio doloso e crimes socioambientais.

Em relação à Eletrobras, o conselho do banco levou em conta, sobretudo, as violações de direitos humanos e os impactos ambientais em consequência da construção da usina de Belo Monte. A obra, que teve sua primeira etapa inaugurada em 2016, custou aproximadamente 40 bilhões de reais e ergueu a quarta maior hidrelétrica do mundo no rio Xingu, no Pará. Porém, segundo relatório do fundo norueguês, o megaempreendimento resultou em danos irreparáveis aos povos indígenas que habitavam a região. “O projeto levou ao aumento da pressão sobre as terras indígenas, à desintegração das estruturas sociais e à deterioração de seus meios de subsistência dos povos indígenas, acarretando o deslocamento de pelo menos 20.000 indivíduos, incluindo pessoas com um modo de vida tradicional que costumavam morar em ilhas e margens de rios que agora estão submersas”, atesta o conselho.

O órgão ainda argumenta que a estatal de energia brasileira participou de mais projetos e também manifestou a intenção de integrar outros denunciados por violações semelhantes. Em 2019, a empresa lucrou 6 bilhões de reais, mas é considerada o carro-chefe do pacote de privatizações capitaneado pelo Governo Bolsonaro, que, em novembro, assinou projeto de lei que prevê a capitalização da Eletrobras. A proposta ainda depende da chancela do Congresso.

Embora as recomendações do Conselho de Ética tenham sido apresentadas há mais de um ano, em 27 de maio de 2019, o Banco Central da Noruega só publicou sua decisão de excluir as empresas do fundo na última terça-feira, já em fase final do processo de retirada de aportes em ações relacionadas a essas companhias. As outras sancionadas pela instituição norueguesa são as canadenses Canadian Natural Resources, Cenovus Energy, Imperial Oil, Suncor Energy e a egípcia ElSewedy Electric, com base em um inédito critério de poluentes, que avaliou emissões de gases e carbono “em níveis inaceitáveis”, de acordo com o parecer.

Em 2016, a Petrobras havia sido colocada em observação pelo fundo por causa dos escândalos de corrupção revelados na esteira da Operação Lava Jato. No ano passado, entretanto, a estatal foi retirada da lista de empresas sob risco de não receber investimentos em ações. Vale e Eletrobras ainda não se manifestaram sobre a decisão do fundo soberano da Noruega. Nesta quarta, no entanto, a multinacional de mineração divulgou um

comunicado afirmando que pretende investir 2 bilhões de dólares para reduzir emissões de carbono nos próximos 10 anos, em meta alinhada com o Acordo de Paris, sobre a crise climática.

Fonte: El País

Data: 13/05/2020



VALE INVESTIRÁ 11 BILHÕES DE REAIS EM PROCESSAMENTO A SECO DE MINÉRIO DE FERRO NOS PRÓXIMOS CINCO ANOS

Objetivo é atingir meta de 70% até 2023; para chegar ao atual patamar de 60% de mineração a seco a empresa investiu R\$ 66 bilhões nos últimos dez anos

A Vale investiu quase R\$ 66 bilhões* (US\$ 17,5 bilhões) para instalar e ampliar o uso do processamento a seco - ou umidade natural - do minério de ferro produzido em suas operações no Brasil nos últimos 10 anos. Por não usar água no processo, o método não gera rejeito e, portanto, não utiliza barragens. Nos cinco próximos anos, a estimativa é aplicar mais R\$ 11 bilhões (US\$ 2,5 bilhões) em instalações de processamento similares. Hoje, cerca de 60% da produção da Vale ocorre a seco e a meta é chegar a até 70%.

O processamento a umidade natural é usado nas minas de Carajás, Serra Leste e Complexo S11D Eliezer Batista, no Pará, e em diversas plantas em Minas Gerais. No Pará, no chamado Sistema Norte, cerca de 80% das quase 200 milhões de toneladas produzidas em 2018 foram através de processamento a seco. A principal usina de Carajás, a Usina 1, está em processo de conversão para umidade natural: das 17 linhas de processamento da planta, 11 já são a seco e as seis linhas a úmido restantes serão convertidas até 2022.

As plantas de tratamento de Serra Leste, em Curionópolis, e do S11D, em Canaã dos Carajás, também não utilizam água no tratamento do minério. No S11D, por exemplo, o uso da rota de processamento à umidade natural permite reduzir em 93% o consumo de água quando comparado com um projeto convencional de produção de minério de ferro. A economia de água equivale ao abastecimento anual de uma cidade de 400 mil habitantes.

Em Minas Gerais, o processamento a seco foi ampliado de 20%, em 2016, para 32%, em 2018. Hoje, esse tipo de processamento está presente em diversas unidades, como Brucutu, Alegria, Fábrica Nova, Fazendão, Abóboras, Mutuca, Pico e Fábrica. Para os próximos anos, o objetivo é empregá-lo em outras localidades de Minas Gerais, como por exemplo os projetos Apolo e Capanema, que atualmente encontram-se em fase de licenciamento ambiental.

O processamento a seco está vinculado à qualidade do minério de ferro extraído na frente de lavra. Em Carajás, como o teor de ferro já é elevado (acima de 64% de ferro), o material somente é britado e peneirado, para ser classificado por tamanho (granulometria). Já em Minas Gerais, o teor médio é de 40% de ferro, contido em rochas conhecidas como itabiritos. Para aumentar o teor, o minério é concentrado por meio do beneficiamento realizado a úmido, ou seja, com água. O rejeito, composto basicamente por sílica, é depositado com a água nas barragens. O minério de alto teor resultante do processo pode ser, então, transformado em pelotas nas usinas de pelotização, aumentando o valor agregado do produto.

As usinas que operam a seco em Minas dependem da disponibilidade de minérios com teores mais altos - em torno de 60% - ainda encontrados em algumas minas do Estado. Para atingir a qualidade necessária e ser incorporada no portfólio de produtos da Vale, é necessária a blendagem (mistura) com os minérios de Carajás, realizada nos centros de distribuição da Vale na China e na Malásia. O processo permite oferecer um minério de ótima qualidade e em linha com a necessidade dos clientes.

Empilhamento a seco

A blendagem do produto a umidade natural não elimina a necessidade de concentração a úmido dos itabiritos de baixo teor, usados na produção de pelotas. Mas, para reduzir a utilização de barragens, a Vale estuda investir, entre 2020 e 2023, aproximadamente R\$ 1,5 bilhão (US\$ 390 milhões) na implementação de tecnologia de empilhamento de rejeito a seco (dry stacking) em Minas Gerais. A técnica permite filtrar e reutilizar a água do rejeito e possibilita que este último seja empilhado, reduzindo, assim, o uso das barragens. O objetivo é alcançar até 70% do rejeito disposto nos próximos anos, contudo o sucesso depende do aprimoramento da tecnologia e de questões externas, como licenças ambientais.

Hoje não existe operação de empilhamento a seco na escala de produção da Vale e em região com índices pluviométricos como os do Quadrilátero Ferrífero em Minas Gerais. A tecnologia de empilhamento a seco disponível é usada em pequena escala no mundo - no máximo até 10 mil toneladas de rejeito produzida por dia - em regiões desérticas ou com baixa incidência de chuva. Em Minas Gerais, a escala de produção de rejeito da Vale está, em média, em 50 mil toneladas/dia por unidade. Em 2011, a empresa desenvolveu um projeto piloto na pilha Cianita, em Vargem Grande, com um investimento de R\$ 100 milhões. Os estudos foram concluídos em 2018 e os técnicos avaliaram o comportamento geotécnico da pilha em condições chuvosas. Os próximos testes serão aplicados em escala industrial na mina do Pico, no município de Itabirito.

New Steel

Outra solução que vem sendo estudada é a concentração magnética a seco do minério de ferro com base na tecnologia inovadora desenvolvida pela New Steel, empresa adquirida pela Vale no fim de 2018 por R\$ 1,9 bilhão (US\$ 500 milhões). A concentração magnética a seco dispensa o uso de água no processo de concentração do minério de baixo teor, o que permite que o rejeito gerado seja disposto em pilhas como estéril, semelhante ao que ocorre no empilhamento a seco. Essa tecnologia, no entanto, está em fase de desenvolvimento industrial e ainda não está pronta para ser aplicada em larga escala.

*Câmbio médio do 1T19.

Fonte: Vale

Data: 13/05/2020



MME e ANM FORTALECEM AÇÕES NO ENFRENTAMENTO À COVID 19

O Ministério de Minas e Energia (MME) e a Agência Nacional de Mineração (ANM), deram as mãos e têm concentrado esforços no enfrentamento aos reflexos da pandemia mundial no setor minerário brasileiro. Em atuação conjunta e sob a coordenação do Secretário de Geologia e Mineração do MME, Alexandre Vidigal, têm implementado ações relevantes nos últimos meses, entre reuniões, encontros virtuais semanais e publicação de portarias e resoluções. O objetivo principal, e atendendo às orientações do Ministro Bento Albuquerque, é a construção de soluções para acelerar o processo de recuperação econômica, neutralizando os efeitos da pandemia no setor mineral por meio de medidas de desburocratização e alterações normativas.

Ao longo dos últimos dois meses, têm-se realizado ininterruptos debates em torno de temas que envolvem a essencialidade da mineração, a suspensão dos prazos, as propostas de retomada do crescimento do setor com o uso do título minerário como garantia de financiamento, soluções para desburocratização, oferta de áreas em disponibilidade, priorização de alguns importantes projetos minerários para superação de entraves, articulação com outros órgãos de governo para viabilidade das atividades da mineração, como obras de infraestrutura, e a digitalização de processos minerários.

Em uma demonstração de fortalecimento das instituições, têm-se observado resultados extremamente positivos, que se confirmam com a implementação de ações efetivas referendadas em Portarias – nºs 202 e 214 – e em Resoluções – nºs 28, 29 e 30 – ministeriais, assinadas pelo MME e pela ANM, respectivamente, além do Plano Lavra, recentemente lançado pela ANM, em 11 de maio último.

Importante ressaltar que esta agenda integrada tem aproximado cada vez mais os diversos atores governamentais representantes dos variados segmentos que envolvem o setor minerário do país. Para o Secretário Alexandre Vidigal, “são ações que serão fundamentais para melhorar o ambiente de negócios e mitigar os danos causados ao setor mineral pela pandemia mundial”.

Acesse a Portaria 202/2020 clicando em <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-202-de-28-de-abril-de-2020-254994181>,

Para acessar a Portaria 214/20 clique em

<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-214-de-11-de-maio-de-2020-256525687>

As Resoluções podem ser acessadas através dos seguintes links:

<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-28-de-24-de-marco-de-2020-249801566>

<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-29-de-17-de-abril-de-2020-253341820>

<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-30-de-30-de-abril-de-2020-255166133>

Fonte: Ministério de Minas e Energia

Data: 15/05/2020



MAIS DE CINCO MIL PESSOAS ACOMPANHARAM A LIVE SOBRE A PROVÍNCIA MINERAL DE CARAJÁS

O Serviço Geológico do Brasil (CPRM) promoveu, na tarde desta quinta-feira (14), a live “Evolução geotectônica e metalogenética da Província Mineral de Carajás”. A apresentação foi feita pelo chefe da Divisão de Geologia Econômica da CPRM, Felipe Tavares, e transmitida no perfil da empresa no Facebook e pelo canal do YouTube.

Durante cerca de 1h30min, o pesquisador tratou dos aspectos geológicos e metalogenéticos da Província Mineral de Carajás, localizada no sudeste do estado do Pará. A região abriga jazimentos gigantes de ferro, além de depósitos importantes de cobre, ouro, manganês, níquel, platinoides (EGP), terras raras (ETR), cromo, alumínio, estanho, urânio, tungstênio e zinco. “É um trabalho muito amplo, que já resultou em teses de pós-graduação, como

a minha. Há muitos dados sendo produzidos nos últimos tempos. É um excelente momento para falarmos de Carajás”, argumentou o geólogo.

Segundo Tavares, a região é a segunda maior arrecadadora da Contribuição Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) do país, atrás apenas do Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais. “Mas, com certeza, é a maior província mineral do Brasil, ainda há potencial enorme para novas descobertas”, informou. De acordo com o geólogo, a porção nordeste da Província, a mais rica em depósitos minerais, também apresenta o conhecimento geológico mais denso.

A CPRM já publicou diversos produtos sobre Carajás nos últimos anos, inclusive um novo mapa de integração geológico-geofísica da província inteira. “Novos dados foram produzidos nos últimos anos e uma nova versão será lançada em breve”, informou o pesquisador.

Logo no início de sua exposição, Tavares esclareceu que há mais de uma nomenclatura e interpretação por trás de Carajás. “São muitos Carajás, que podem ter diferentes significados. Aqui, vou falar sobre a Província Mineral de Carajás.” Elencando algumas das demais interpretações sobre a região, o geólogo continuou. “O que se chama de Província Mineral de Carajás é a grande concentração de depósitos minerais metálicos — resultante da superposição de múltiplos processos de mineralização ao longo de mais de 1 bilhão de anos de atividades metalogênicas encontrados na parte norte do bloco Carajás.”

Ainda de acordo com Tavares, o conhecimento apresentado na live é fruto de trabalho coletivo de 12 anos, já que a CPRM atua sistematicamente em Carajás desde 2008. Ele também afirmou que a CPRM estudou a região na década de 1980, quando os primeiros mapas da província foram publicados. “A CPRM é minha casa, gosto muito de trabalhar em uma empresa tão comprometida com a correta exploração dos recursos minerais do Brasil. Espero que a gente consiga, com estas informações, contribuir para a evolução do conhecimento geológico no país”.

INTERAÇÃO COM SETOR MINERAL E DE PESQUISA — Mais de cinco mil pessoas acompanharam a live do Serviço Geológico do Brasil sobre a Província Mineral de Carajás (PMC) no Canal da CPRM no Youtube e na fanpage da CPRM no Facebook. Foram registradas centenas de comentários de participantes de diversos estados do país (RS, AM, PA, PI, RJ, PE, Distrito Federal, MG, SC, ES, AP). A live foi acompanhada também no exterior, com registros no chat vindos do Geoscience Montpellier na França, da University of Rochester, em NY, nos EUA e do Chile. Profissionais de empresas do setor mineral também assistiram a palestra com os resultados dos últimos 12 anos de estudos da CPRM na PMC. Entre elas, a OZ Minerals Exploração Brasil, Lara Exploration, AngloAmerican, Centaurus Metals e Codelco do Brasil. Instituições de ensino e pesquisa como a USP, UFS, UFOP, UFOPA, UFRJ, UNIBH, UNIPAMPA, IBGE, UFPE, UNICAMP, UFSC, UnB, UFPA, UFPR, UNIFESSPA, PUC – Rio, UFAM foram citadas entre os internautas que se apresentaram no chat ao longo da transmissão.

Os comentários mostram que a CPRM está no caminho certo ao ampliar a divulgação dos seus estudos nos seus canais institucionais na internet. “Muito conhecimento e uma didática incrível, Parabéns Felipe e equipe CPRM”, opinou Cris Sousa. Fael Santana também elogiou o trabalho: “Grande Exposição Felipe!! Abordagem completa!”. A mesma opinião de Viviane Oliveira: “Excelentes informações!!! Gráficos e detalhes sem comentários! Parabéns!”. “Muito boa a palestra Felipe e CPRM, nós que trabalhamos na PMC agradecemos as contribuições de vocês para o conhecimento da região”, comentou William Cavaliere. Para Mauricio Ramos a transmissão foi excelente. “Espero que a CPRM utilize as lives para a divulgação mais frequente dos seus produtos. Parabéns!”. “A CPRM poderia sempre fazer essas lives sobre as suas atualizações. Ótima palestra! Parabéns à equipe”, elogiou Anderson Matias dos Santos. “Parabéns Felipe. Uma verdadeira aula sobre Carajás. Essa é a CPRM”, comentou Marcos Freitas.

CURRÍCULO DO PESQUISADOR — Felipe Mattos Tavares possui graduação, mestrado e doutorado em geologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É especialista em geologia estrutural, com experiência em mapeamento geológico-estrutural sistemático e também no estudo de depósitos minerais tectonicamente controlados e de controles estruturais regionais de distritos e províncias minerais. Ingressou na CPRM em 2007, executando projetos de mapeamento geológico e de pesquisa mineral nas regiões Norte e Nordeste, destacadamente na Província Mineral de Carajás e atualmente é o chefe da Divisão de Geologia Econômica.

Fonte: CPRM

Data: 15/05/2020



PROJETO SANTA QUITÉRIA: INB E GALVANI SE REÚNEM COM MINISTRO DE MINAS E ENERGIA

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, recebeu no dia 8 de maio, no Rio de Janeiro, as lideranças do Consórcio Santa Quitéria - formado pela INB e Galvani - para uma reunião sobre o projeto, que teve como foco principal contextualizar a importância de inseri-lo na agenda de prioridades do Governo Federal.

Pela INB, estiveram presentes o presidente, Carlos Freire Moreira, o diretor de Recursos Minerais, Rogério Mendes Carvalho, e o assessor de Licenciamento Nuclear e Ambiental, Salvaguardas, Segurança e Qualidade, Edmundo de Aquino Ribeiro Filho. Da Galvani, participaram os acionistas Rodolfo Galvani Junior e Roberto Galvani, o diretor presidente, Ricardo Neves de Oliveira e o assessor Roberto Day.

No encontro foram apresentados detalhes do Projeto Santa Quitéria, incluindo a entrega de um Book, e discutido suas vantagens na recuperação do Brasil pós-pandemia da Covid-19, com foco na balança comercial tanto para o urânio como para o fosfato.

Carlos Freire destaca que na ocasião houve a oportunidade de enfatizar benefícios do projeto como: "O fato de ser conduzido por investimentos da iniciativa privada, o que é muito importante nesse momento, bem como o aumento na produção de urânio que vai proporcionar e a diminuição da importação de fertilizantes pelo Brasil. Além disso, citamos ainda a logística ampla de distribuição de produtos fosfatados nas regiões Norte-Nordeste-Centro-Oeste, a arrecadação de impostos e a receita prevista" disse. Também foram abordados outros pontos positivos nesta retomada do projeto como o desenvolvimento da nova rota tecnológica, com destaque para a economia de água, dispensa da barragem de rejeitos, substituição de biomassa por coque de petróleo e maior aproveitamento do minério.

O diretor de Recursos Minerais, Rogério Mendes Carvalho, relata que a reunião foi bastante produtiva e que também foi possível iniciar um alinhamento com as perspectivas do Governo Federal. "Buscamos entender quais são as expectativas para o empreendimento e mostrar que, com o Consórcio Santa Quitéria, iniciaremos uma nova era na produção conjunta de fosfato e urânio no País", conta Rogério que complementa: "a produção concomitante do Projeto Santa Quitéria e Projeto Caetité efetiva a inserção do Brasil no rol dos grandes produtores mundiais de urânio".

O Consórcio Santa Quitéria foi formado com o propósito de implantar um projeto conjunto de mineração na jazida de Itataia, em Santa Quitéria/CE, onde o urânio e o fosfato são encontrados de forma associada, sendo o fosfato predominante. O objetivo é a produção de: fertilizantes fosfatados granulados destinados à agricultura; fosfato biccálcico utilizado para suplementação animal; e concentrado de urânio para produção de energia elétrica.

Fonte: Indústrias Nucleares do Brasil

Data: 15/05/2020

Forbes

CSN TEM PREJUÍZO DE R\$ 1,3 BILHÃO NO 1º TRIMESTRE

A CSN divulgou ontem (14) **prejuízo** abaixo do esperado pelo mercado para o primeiro trimestre, embora o **resultado** tenha mostrado quedas nas vendas de **aço e minério de ferro** na comparação anual, impactadas pelos efeitos da pandemia de coronavírus.

A companhia teve prejuízo líquido de R\$ 1,3 bilhão ante lucro de R\$ 87 milhões em igual etapa de 2019. Analistas, em média, esperavam prejuízo de R\$ 2,8 bilhões, segundo dados da Refinitiv. A empresa também que reduziu sua projeção de investimento este ano em 39%, de R\$ 1,8 bilhão para R\$ 1,1 bilhão.

A CSN teve um resultado operacional medido pelo lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado de R\$ 1,33 bilhão, queda de 23% na comparação anual e abaixo dos R\$ 1,47 bilhão esperados, em média, por analistas, segundo a Refinitiv.

Com isso, a alavancagem da CSN medida pela relação dívida líquida sobre Ebitda subiu para 4,78 vezes no final de março, ante 3,77 vezes no fim de dezembro e 4,07 vezes um ano antes.

O caixa da CSN subiu 15% no trimestre ante mesmo período do ano passado, a 4,13 bilhões de reais, enquanto a dívida líquida cresceu 27%, a 32,8 bilhões.

As vendas de aço da CSN no primeiro trimestre caíram 3% na comparação anual, enquanto as de minério de ferro despencaram 37%, impactadas por queda de 39% no volume produzido.

A empresa afirmou anteriormente que o desempenho da mineração seria afetado pelas fortes chuvas que atingiram suas operações em Minas Gerais no período e no balanço comentou que houve "atrasos em novas frentes de lavra".

Para 2020, a CSN projeta vendas de minério de ferro, incluindo material comprado de terceiros, de 33 milhões a 36 milhões de toneladas. A empresa estimava anteriormente vendas de 40 milhões de toneladas de minério este ano ante 38 milhões comercializadas em 2019.

Fonte: Forbes

Data: 15/05/2020

FT: DEMANDA CHINESA LEVA MINÉRIO DE FERRO A SUPERAR OS US\$ 90 POR TONELADA

O Brasil é o maior produtor mundial de aço e a demanda pelo metal, muito usado na construção civil, vem aumentando de forma constante desde o fim de março.

O minério de ferro, commodity usada na produção de aço e principal fonte de receita para mineradoras internacionais como BHP, Rio Tinto e Vale, superou nesta semana a marca dos US\$ 90 por tonelada pela primeira vez desde meados de março, sustentado pela forte demanda chinesa.

O país é o maior produtor mundial de aço e a demanda pelo metal, muito usado na construção civil, vem aumentando de forma constante desde o fim de março, quando Pequim começou a abrandar as medidas de confinamento adotadas no país para conter a disseminação do coronavírus.

Dados divulgados pelo governo nesta sexta-feira mostraram uma retomada na produção industrial chinesa em abril, depois da forte retração durante a fase mais intensa da epidemia.

A produção diária de aço bruto das grandes usinas siderúrgicas na China subiu 13%, para 2,1 milhões de toneladas nos primeiros dez dias de maio, maior patamar de atividade neste ano, segundo a corretora Argonaut Securities.

“A alta na produção de aço não resultou em excesso de oferta e em depressão nos preços como sinalizado pelos mercados. Em vez disso, o estoque de aço caiu rapidamente e os preços do aço subiram gradualmente”, disse Helen Lau, analista da Argonaut.

Na semana encerrada em 15 de maio, o estoque total de aço na China caiu 34%, para 17 milhões de toneladas, puxado por um declínio de 37% nos estoques de vergalhões de aço, produto muito usado na construção civil. Ao mesmo tempo em que a demanda sobe na China, as exportações do Brasil, um importante produtor, perderam força em razão da queda nas remessas provenientes das operações da Vale na floresta amazônica. O motivo do declínio não está claro, mas analistas dizem que pode estar ligado ao aumento no número de casos de covid-19 no Estado do Pará.

“Com a produção de aço bruto na China agora em um patamar maior do que há um ano, a demanda por minério de ferro está superando o volume das remessas chegando. Como resultado, os estoques portuários de minério de ferro na China estão gradualmente diminuindo”, disseram analistas do Morgan Stanley em relatório.

O executivo-chefe da BHP, Mike Henry, disse a investidores nesta semana que se a China evitar uma segunda onda de infecções da covid-19, ele prevê aumento na produção de aço bruto no país neste ano, compensando os declínios de mais de 10% projetados na produção do resto do mundo. O país produz mais da metade do aço no mundo.

O preço do produto referencial do mercado, com conteúdo de 62% de minério de ferro, era negociado a US\$ 90,75 por tonelada nesta sexta-feira, segundo avaliação da S&P Global Platts, 2,6% a mais do que na semana passada.

A esse preço, BHP, Rio Tinto e Vale conseguem gerar bilhões de dólares de caixa com a produção de suas minas de minério de ferro.

Analistas ressaltaram que as notícias de que a China poderia impor restrições ao minério de ferro australiano em razão de Camberra estar defendendo uma investigação sobre as origens da covid-19, provavelmente são infundadas. Pequim suspendeu as importações de carne vermelha de quatro abatedouros australianos e planeja impor tarifas sobre as importações de cevada.

“A China depende da Austrália para conseguir mais de 60% de suas importações de minério de ferro”, disse Glyn Lawcock, do UBS. “Com o mercado apertado e as exportações brasileiras em queda de 12%, hoje as opções parecem limitadas.”

Fonte: O Valor

Autor: Neil Hume

Data: 15/05/2020



LAVRA LUNAR

Dois fatos memoráveis cercam o único satélite natural do nosso “lindo balão azul”: o mais completo mapa geológico da Lua e um acordo internacional, divulgado na semana passada, para regulamentar a mineração no astro iluminado que inspira a raça humana há milênios.

A carta lunar foi divulgada oficialmente no início de abril pelo Serviço Geológico dos Estados Unidos (USGS) e ganhou o nome de Mapa Geológico Unificado da Lua. O documento chega 205 anos depois do primeiro mapa geológico de grande escala elaborado no mundo, quando o inglês William Smith resumiu em uma carta de 1,80m por 2,60m a riqueza do subsolo da Inglaterra e do País de Gales baseada em uma nova teoria que se tornou o Princípio da Sucessão Faunística.

Válido até hoje, esse princípio afirma que cada espécie fóssil viveu por um determinado tempo, não podendo reaparecer após sua extinção. Sabendo-se o período de existência de uma espécie, as rochas que apresentam esses fósseis têm a mesma idade de formação dos fósseis.

Apesar de a estratigrafia ser importante para entender a geologia da Lua, esse princípio não se aplica, uma vez que não há fósseis no astro, que foi formado por outros que circundavam a Terra. Mas há, de fato, algumas camadas de rochas que foram formadas por material espalhado depois que o satélite foi atingido por meteoros.

Enquanto o mapa de Smith tinha uma escala de 5 milhas por polegada, que dá mais ou menos 1:317.000, a escala escolhida para o solo lunar foi de 1:5 milhões. O documento foi construído sobre seis mapas elaborados nas missões à Lua e tem o objetivo de apoiar esforços futuros para o mapeamento geológico do satélite. Logo, não espere ver onde tem níquel ou cobre.

Quarenta dias depois do lançamento do mapa, na sexta-feira (15) a Nasa anunciou oficialmente o Artemis Accords, que tinha sido antecipado pela agência Reuters dez dias antes. Essa proposta de tratado, que faz parte do Programa Artemis da agência norte-americana (e que tem esse nome em homenagem à irmã gêmea de Apolo, o deus do Sol, de acordo com a mitologia grega), diz o seguinte sobre mineração espacial.

"A capacidade de extrair e utilizar recursos na Lua, Marte e asteroides será fundamental para apoiar a exploração e desenvolvimento do espaço, de forma segura e sustentável. Os Acordos de Artemis reforçam que a extração e utilização de recursos espaciais podem e serão conduzidas de acordo com o Tratado do Espaço Exterior, com ênfase específica nos Artigos II, VI e XI."

O artigo II proíbe a militarização da Lua e outros corpos celestes, o VI diz que país algum pode reivindicar territórios no espaço, enquanto o XI diz que tudo o que for feito por lá tem que ser informado às Nações Unidas. E, não menos importante, o que for extraído fora da Terra, fica fora da Terra.

Esse pacto internacional, gerado no governo Trump, ainda não foi compartilhado com os aliados do governo norte-americano, visa atrair países alinhados com o governo dos EUA para o esforço de colocar uma base lunar em funcionamento na próxima década. Em uma coluna anterior, falei dos esforços da Caterpillar, que está construindo equipamentos para lavrar o solo lunar.

No que diz respeito à mineração, a proposta quer garantir que empresas mineradoras se tornem donas dos bens minerais extraídos em linha com as regras internacionais de hoje. Mas também estabelece uma zona de segurança em torno das futuras bases, para evitar interferência de empresas privadas e países rivais, em especial a China.

A Rússia também deve ficar de fora, apesar de ser um velho parceiro da Nasa. Como diz Trump, a Rússia não pensa da mesma forma que os Estados Unidos, quando se fala de espaço. Entre os países e grupos que pensam da mesma forma estão o Canadá, Japão, Emirados Árabes Unidos e alguns países europeus.

Por outro lado, os EUA fazem questão de dizer que isso não significa que esses países vão anexar a Lua como extensão dos seus territórios, em respeito ao tratado de que falei anteriormente. O próximo passo, como diria Guilherme Arantes, é "brincar de esconde-esconde em uma nebulosa".

Clique aqui para dar uma olhada no mapa.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

Data: 17/05/2020



ATINGIDOS PELA TRAGÉDIA DA SAMARCO DE DUAS CIDADES TÊM O PROCESSO ADIANTADO PELA JUSTIÇA FEDERAL

O Ministério Público Federal avalia que isso vai fragilizar os atingidos. Por outro lado, para a grande maioria que sofreu danos com o desastre da Samarco, o pagamento das indenizações nem está no horizonte.

A Justiça Federal determinou que as mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton, e a Fundação Renova têm até o dia 22 de maio para apresentar os critérios para indenizar os atingidos pelo rompimento da barragem em 2015 na cidade de Baixo Guandú, no Espírito Santo. A mesma medida precisa ser tomada para os atingidos do município de Naque, em Minas Gerais, até o dia 5 de junho.

Os dois municípios são banhados pelo Rio Doce, por onde a lama da mineração passou, depois que a barragem rompeu na cidade de Mariana.

Os atingidos dessas duas cidades driblaram o sistema que havia sido instituído para essas negociações. A justiça reconheceu as duas comissões formadas por eles na semana passada. Agora, a negociação em Naque e Baixo Guandú será feita diretamente entre os atingidos, as mineradoras e a Fundação Renova.

Assessorias técnicas

O processo determinado pela justiça anteriormente criou um Comitê Interfederativo para definir qual será a reparação no caso Samarco. Para funcionar, o comitê depende ainda da contratação de 18 assessorias técnicas pagas pela Samarco, entre outras medidas.

Até agora apenas 3 assessorias estão contratadas. Essas entidades são formadas por antropólogos, advogados, psicólogos e outros profissionais, que vão a campo para ajudar as pessoas a identificar as perdas provocadas pela tragédia da Samarco. Para trabalhar, as assessorias técnicas dependem de homologação da justiça.

O procurador Helder Magno, afirma que, sem esse processo, os atingidos serão prejudicados.

“Na negociação as empresas estão tentando inviabilizar as assessorias técnicas. Está nas mãos do juiz para decidir há um bom tempo e ele ainda não decidiu. Autorizar que as comissões de atingidos negociem com as empresas, sem o suporte das assessorias técnicas, é colocar as pessoas numa posição de desigualdade com a Fundação Renova, porque a fundação comparece às reuniões com seu corpo técnico”, afirmou.

Por outro lado, o Ministério Público de Minas já avaliou em outros momentos que o processo de reparação do caso Samarco ficou lento demais. Diferente do que ocorreu em Brumadinho, onde as assessorias técnicas para dos atingidos já foram contratadas.

Na decisão judicial que dispensa o processo definido anteriormente para a reparação do caso Samarco em Naque e Baixo Grandú, o juiz Mário de Paula Franco Júnior destaca diversas vezes que os atingidos não aguentam mais esperar. Mais de 4 anos já se passaram desde a tragédia. Entretanto, a decisão não aponta porque o juiz não priorizou a homologação das assessorias técnicas.

O juiz ressalta no texto que um acordo preliminar prevê que a autocomposição de grupos de atingidos é o método preferencial para definir a reparação. E que essa será a forma mais rápida para chegar à indenização. Esse acordo foi assinado em 2017 entre os governos de Minas, do Espírito Santo, os ministérios públicos estaduais e federais dos dois estados e a Defensoria Pública da União.

O que diz a Fundação Renova

"A Fundação Renova informa que reconhece a legitimidade das comissões de atingidos de Baixo Guandu e Naque representadas juridicamente para participar do processo de reparação da bacia do rio Doce, de forma exclusiva para a resolução do Eixo Prioritário 7 – Cadastro e Indenização, de acordo com determinação judicial, e irá apresentar proposta em tempo determinado.

A Fundação Renova entende que as negociações estão em linha com o propósito de atender de forma justa, plena e satisfatória aos anseios da sociedade e solucionar as ações relativas ao rompimento da barragem de Fundão."

Fonte: G1 Minas Gerais

Autora: Laura Marques

Data: 17/05/2020



MINING COMPANIES RUSH TO SHIELD INDIGENOUS COMMUNITIES FROM CORONAVIRUS

Big mining companies that rely on indigenous workforces or operate near remote communities have acted fast to curb the spread of the coronavirus and avoid a public health crisis that could damage their reputations.

From Australia's outback to Canada's Arctic wilderness to the Andes, mining firms have changed rosters to stop outsiders infecting remote communities, paid staff with potential health issues to stay at home and given food to indigenous families so they don't have to shop in nearby mining towns.

Investors already weighing up holdings in miners because of their contribution to climate change say a bad outbreak of COVID-19 among indigenous communities near mining operations might also make them reassess their investment decisions.

Norway's \$1 trillion wealth fund blacklisted some of the world's biggest miners last week over their carbon emissions and EY has ranked miners' social licence to operate as the greatest risk to the industry for the past two years.

In Australia, mining companies are one of the biggest employers of Aboriginal people, who have an average life span nearly 10 years shorter than other Australians and can be at elevated risks of heart and kidney diseases and diabetes.

Mining companies typically fly staff from big cities to work in remote areas in a practice known as FIFO, or fly in fly out.

South32 said it had strictly separated FIFO staff at its manganese mine GEMCO in north Australia from residential workers who are interwoven with the local Anindilyakwa people on Groote Eylandt - and expects to keep the measures in place for months.

"We work in close proximity to several indigenous communities who have vulnerable people. It's absolutely essential we get it right," said Jo-Anne Scarini, vice president of operations at the mine.

ISOLATION MEASURES

Australia, which is among the countries most successful in fighting the spread of COVID-19, had just over 7,000 cases as of May 18 and 99 deaths. It does not separate out data for cases among Indigenous people, who make up 3.3% of the population.

Because of the risk to people with underlying health issues, Australian mining giant BHP made all employees over 65 work from home but lowered that to 50 for higher-risk employees such as Aboriginal and Torres Strait Islanders - and asked all its contractors to do the same.

"(We) are actively encouraging them to take the steps we are taking to support our own high-risk employees during the COVID-19 pandemic," BHP said in a statement.

Rival Rio Tinto has adopted a similar policy and is also administering antibody blood tests and temperature checks before staff fly to remote sites to reduce the risk of anyone infecting the mainly indigenous communities near mines.

Australian iron ore miner Fortescue assesses its workers' health on a case by case basis, rather than focusing on groups within its workforce, Chief Executive Elizabeth Gaines told Reuters, adding that it had distributed care packages including items such as hand sanitisers to remote communities.

In the Arctic Canadian territory of Nunavut, a predominately indigenous region mostly made up of Inuit, miners slowed their operations to limit the risk of an outbreak.

Gold miner Agnico Eagle, Nunavut's largest private employer, initially sent home its First Nations employees, who make up about a fifth of its 2,500-strong workforce, before scaling back operations and halting exploration.

It also instituted onsite testing and screening for COVID-19, as well as teleworking for all positions at its three Nunavut sites that could be done remotely, the company's communications director Dale Coffin said.

In Peru, MMG Ltd has given food and care packages to 6,000 families in the Apurimac region around its vast Las Bambas copper mine in the Andes to discourage them from going to town for provisions and potentially exposing the community.

A spokeswoman for the Australian-based miner said there were no confirmed cases of coronavirus at Las Bambas as yet.

There has been an outbreak, however, at Peru's Antamina mine which is owned by BHP and commodities trading giant Glencore. More than 200 cases were discovered in April during testing of staff and contractors and mining has been halted.

BRAND HAS SUFFERED

Environmental, social and governance (ESG) investment analysts say they are watching mining companies closely to see how they cope with the coronavirus crisis, mindful of the potential risks to their reputations.

Slideshow (2 Images)

"An outbreak would attract further scrutiny over miners' COVID response from local authorities and civil society," said Ziggy You, ESG investment analyst at Aberdeen Standard Investments, which holds shares in mining companies.

"In case of a major outbreak, we would carry out an assessment of both its financial and social impacts and factor that into our investment decisions," he said.

Paul Mitchell, global mining & metals leader at EY, said the safety culture instilled in mining companies had helped stop the coronavirus from spreading.

"It is true that the 'brand' of mining has suffered in recent years," he said. "When we talk about safety these days we talk about zero harm so it does go beyond 'accidents' to thinking about health and wellbeing."

In Canada, Ojibway Chief Duncan Michano of the Pic River First Nation said Barrick Gold continued to pay workers at its Hemlo mine after the First Nation locked down its Ontario community for several weeks in April to protect it from the pandemic.

But community members who lived off the reserve and worked at the mine were upset not to be offered the same option to stay home without losing pay, he said.

They were mollified by the protective measures Barrick implemented, he said, calling the whole situation a compromise.

"We tried to close (the mine) down altogether but we don't have any legal means to do that," Michano said. "The province declares it an essential service so they can do what they want."

For some indigenous workers, stopping work is not an option. The Tahltan First Nation in Canada's British Columbia province opted to work with Australia's Newcrest Mining to keep the Red Chris copper-gold mine open, said Chad Day, president of the Tahltan central government.

There were fears a shutdown would throw 120 locals out of work, exacerbating social problems, Day said. "It wasn't an easy decision."

Fonte: Reuters

Autora: Malanie Burton

Data: 19/05/2020



APÓS RECEBER E DEBATER ARGUMENTAÇÕES DO IBRAM, DEPUTADOS APROVAM PL 550

A Câmara dos Deputados aprovou nesta 3ª feira (19/05) o substitutivo ao projeto de lei (PL) nº 550/2019, de modo a ampliar a segurança jurídica para a questão das barragens de rejeitos de mineração. O substitutivo aprovado é de autoria do relator do projeto original, deputado Joaquim Passarinho (PSD-PA). Ele contempla argumentações apresentadas pelo Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), articuladas ao longo de todo o processo de discussões públicas a que a matéria foi submetida pelo relator. A matéria retorna agora ao Senado Federal.

"O relator Joaquim Passarinho ouviu vários segmentos interessados no tema e também as argumentações do setor de mineração, representado pelo IBRAM. Nossas empresas associadas respondem por mais de 85% da produção mineral brasileira e apresentamos bases técnicas para apoiar as avaliações do deputado na elaboração de seu relatório, que gerou o projeto substitutivo", diz Flávio Penido, diretor-presidente do IBRAM.

Segundo ele, o Instituto se pautou em todos os seus contatos junto a parlamentares e outros atores pela defesa dos interesses legítimos da indústria mineral.

Flávio Penido afirma que o foco do Instituto nas argumentações técnicas sobre o PL foi atender ao clamor por se aperfeiçoar a segurança operacional da mineração brasileira sem, no entanto, comprometer a competitividade industrial e comercial.

"Foi um longo esforço de articulação, que envolveu a mobilização de múltiplos atores do governo, das federações de indústrias, caso da federação de Minas Gerais, por meio de seu presidente Flávio Roscoe, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da comunidade de profissionais projetistas e gestores de barragens, da academia, das mineradoras associadas ao Instituto, além de dezenas de parlamentares", conta Rinaldo Mancin, diretor de Relações Institucionais do IBRAM, informando que o projeto original e apensados apresentavam riscos de até mesmo paralisia da produção mineral com consequente judicialização em série.

Uma das propostas, por exemplo, previa nos processos de descaracterização de barragens a retirada de todos os rejeitos de barragens, sem indicar a destinação desses resíduos industriais. O substitutivo define como *"barragem descaracterizada aquela que não opera como estrutura de contenção de sedimentos ou rejeitos, não possuindo características de barragem, sendo destinada a outra finalidade"*.

Outra estabelecia novo aumento de taxa sobre todo o setor mineral – mesmo para empresas sem barragens – sem justificar a motivação dessa elevação, que fere a competitividade das empresas, em função da operação de barragens pelo setor.

"O fato é que o relator trouxe mais equilíbrio ao texto legal e foi aprovado com o apoio da maioria dos demais parlamentares. Isso significa segurança jurídica para o setor mineral e permite à indústria operar com previsibilidade e pacífica o entendimento no plano federal sobre temas estratégicos relativos à Política Nacional de Segurança de Barragens", analisa Flávio Penido.

O PL 550 aprovado hoje possui 16 projetos apensados, sendo o relator favorável ao projeto principal e a mais 6 apensados. Entre os projetos que o relator optou pela rejeição, está o PL 2789/19, da Comissão Externa de Brumadinho.

Um dos pontos de destaque do substitutivo é a modificação do caráter de obrigatoriedade em relação à contratação de seguro, especificando os casos em que o órgão fiscalizador pode exigir das mineradoras a apresentação não cumulativa de caução, seguro, fiança ou outras garantias financeiras de acordo com o risco de cada barragem.

Além disso, o texto estabelece regras para a questão das barragens construídas em Zonas de Auto Salvamento (ZAS): o projeto permite a descaracterização da estrutura ou o reassentamento da população e o resgate do patrimônio cultural, ou obras de reforço que garantam a estabilidade efetiva da estrutura, em decisão do Poder Público após ser ouvido o empreendedor, e ainda levando-se em consideração a anterioridade da barragem em relação à ocupação e a viabilidade técnico-financeira das alternativas.

Fonte: Portal da Mineração

Data: 19/05/2020

EXÉRCITO ASSUMIRÁ OBRA DE TRECHO DA FERROVIA DE INTEGRAÇÃO OESTE-LESTE

O Exército deverá assumir as obras do Lote 6 da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol). O trabalho será executado pelo 4º Batalhão de Engenharia de Construção (4º BEC), de Barreiras, na Bahia, e o 2º Batalhão Ferroviário, de Araguari, em Minas Gerais. Os dois batalhões serão responsáveis pela conclusão desse trecho da ferrovia. A Fiol terá um papel importante na melhoria da infraestrutura logística do país.

“O Exército vem fazendo um trabalho extraordinário, como foi feito nas obras da BR-163/PA, e agora vai participar das obras do trecho entre Bom Jesus da Lapa e São Desidério,” disse o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, que esteve em São Desidério, na Bahia, nessa segunda-feira (18).

O ministro percorreu um trecho da ferrovia e visitou o canteiro de obras e uma fábrica de dormentes em São Desidério. A cidade é considerada o maior produtor de grãos do país. Em 2019, o Produto Interno Bruto (PIB) agrícola do município chegou a R\$ 3,63 bilhões, um novo recorde para o agronegócio baiano. Com a ferrovia, a cidade terá a possibilidade de escoar a produção sobre trilhos.

Quando estiver totalmente concluída, a Fiol trará entre outros benefícios, a redução dos custos de transporte de grãos, álcool e minérios destinados aos mercados interno e externo; a ampliação da produção agroindustrial da região; e a interligação dos estados do Tocantins, Maranhão, de Goiás e da Bahia aos portos de Ilhéus (BA) e Itaqui (MA).

A ferrovia deve se tornar, também, um importante caminho de escoamento do minério do sudoeste da Bahia (Caetitê e Tanhaçu) e de grãos da região oeste do mesmo estado. A ferrovia também poderá se conectar, futuramente, à malha da Ferrovia Norte-Sul, o que traria melhoria para logística nacional.

Está é a primeira vez que um batalhão ferroviário das Forças Armadas assume um projeto de ferrovia, desde a implantação Estrada de Ferro do Oeste (Ferroeste), na década de 1990.

Fonte: Agência Brasil

Data: 19/05/2020



ENTREVISTA-SETOR MINERAL PREVÊ SER O 1º A RESPONDER PELA RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL

Mesmo em alerta sobre a possibilidade de impactos em atividades com o avanço do coronavírus no Brasil, o setor mineral acredita que será o primeiro a responder pela recuperação econômica no país, por contar com ampla capacidade instalada de minério de ferro e uma já crescente demanda chinesa por seus produtos.

O segmento, que vem conseguindo evitar abalos da pandemia na produção e exportação, prevê ainda a ampliação futura das atividades, com o retorno de minas paralisadas e a entrada de novos projetos, afirmou à Reuters o diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Flávio Penido.

A expectativa é atingir capacidade de produção anual de cerca de 450 milhões de toneladas de minério de ferro nos próximos anos, ante as atuais 410 milhões de toneladas, segundo cálculos do Ibram, que tem 130 associados, dentre eles Vale, Anglo American, CSN e Gerdau.

“O setor de mineração é o setor que certamente será o primeiro a responder pela recuperação da economia brasileira... por conta da capacidade instalada e capacidade de recuperação de curto prazo”, afirmou Penido, destacando a recuperação econômica já observada na China.

“A China está com baixos estoques de aço, baixos estoques de minério brasileiro de alto teor. E está retomando... e o reflexo está nos preços.”

Os contratos futuros do minério de ferro na bolsa de Dalian fecharam em alta de 3,6% nesta terça-feira, a 711 iuanes (100,07 dólares) por tonelada, acumulando ganhos de 13% em rali de cinco dias, sustentado por uma perspectiva positiva para a demanda doméstica chinesa, em meio a esperanças de mais estímulos econômicos.

Em entrevista recente, o diretor-executivo de Finanças e Relações com Investidores da Vale, Luciano Siani, afirmou que as atividades industriais na China já estão praticamente de volta a seus níveis normais e que sua economia apresenta uma recuperação “muito vigorosa”.

CAPACIDADE BRASILEIRA

Nesse cenário, a Vale trabalha para retomar a produção de minas que foram paralisadas após o rompimento de uma de suas barragens em Brumadinho (MG), no início de 2019, que levou a uma revisão profunda da segurança de estruturas.

A parada dessas atividades ressaltou o presidente do Ibram, fez com que o minério de ferro brasileiro perdesse participação no mercado internacional. No entanto, algumas atividades já foram retomadas e o restante deve voltar a operar aos poucos, afirmou.

Também está previsto que as atividades da Samarco sejam retomadas entre o fim do ano e o início de 2021, disse ele.

Joint venture da Vale com o grupo BHP, a Samarco paralisou suas atividades em novembro de 2015, também com o rompimento mortal de uma de suas barragens de rejeitos, mas já está trabalhando para voltar.

“O minério... brasileiro tem oferta ampla na China, então a tendência é que o Brasil recupere seu espaço... e aumente e recupere a oferta que tinha anteriormente”, disse Penido.

RISCOS DA COVID-19

Apesar das boas perspectivas, o presidente do Ibram admite a possibilidade de impactos futuros na produção do Brasil, caso o avanço do coronavírus não seja controlado de maneira adequada pela administração pública.

“As mineradoras estão trabalhando com todos os cuidados, todos os procedimentos, todos os protocolos, os mais rígidos possíveis. Agora... a mineradora não pode responder pelo ambiente das comunidades”, ponderou.

Nos últimos dias, os preços do minério de ferro na China foram impulsionados, entre outros fatores, por temores de impactos da pandemia nas atividades minerárias, em localidades como o Pará e até mesmo em portos.

Mas Penido afirmou que as operações de mineração e portos estão normais, no que tange a entrega da produção demandada.

Segundo ele, o que está havendo é uma redução de atividades dentro da mineração, em decorrência das medidas de prevenção ao vírus, como para evitar aglomerações ou atividades não fundamentais. Mas isso sem prejudicar a produção.

Dentre as medidas empregadas, as mineradoras têm aumentado o número de ônibus, mantido refeitórios em horários escalonados, buscado maior circulação de ar em ambientes da empresa, além de se beneficiar das próprias características do setor no Brasil, que já conta com equipamentos autônomos e individuais.

Fonte: Uol Economia

Data: 19/05/2020



US URANIUM PRODUCTION SLUMPED 89% LAST YEAR

US uranium concentrate production slumped 89% last year, to 174 000 lb of U3O8, according to information by the US Energy Information Administration (EIA).

This is a sharp decrease from the 4.89-million pounds a year that the US produced five years earlier.

The EIA report comes about a month after the Trump Administration outlined “bold” plans to arrest the decline of the uranium mining industry as part of efforts to grow the entire US nuclear energy fuel cycle.

The production of uranium concentrate is the first step in the nuclear fuel production process.

The US has identified two future defence needs for domestic uranium supply: Low-enriched uranium needed to produce tritium required for nuclear weapons in the 2040s, and highly-enriched uranium needed to fuel Navy nuclear reactors in the 2050s.

The EIA reports that six facilities produced uranium concentrate in 2019, five of which were in-situ leaching (ISL) plants in Nebraska and Wyoming (Crow Butte Operation, Lost Creek Project, Ross CPP, North Butte, and Smith Ranch-Highland Operation) and one an underground mine.

At the end of the year, the Shooting Canyon mill, in Utah, and Sweetwater uranium project, in Wyoming, were on standby with a total capacity of 3 750 t/d. The 2 000 t/d White Mesa mill, in Utah, was also not producing.

Further, at year-end, three uranium ISL plants with a combined capacity of 9.5-million pounds a year were operating, the EIA says. Six ISL plants were on standby and seven ISL plants were planned for four states, including New Mexico, South Dakota, Texas and Wyoming.

At a \$30/lb forward cost, the industry’s reported uranium reserves were 31-million pounds of U3O8 and at up to \$50/lb, estimated reserves were 206-million pounds. At up to \$100/lb, reported estimated reserves were 389-million pounds U3O8.

These reserves, the EIA explains, are a fraction of likely total domestic uranium reserves as it did not include inferred resources that were not reported.

Fonte: Mining Weekly

Autora: Mariaan Webb

Data: 20/05/2020

VENEZUELA PROCESSA BANCO DA INGLATERRA POR ACESSO A US \$ 1 BILHÃO EM RESERVAS DE OURO

O banco central da Venezuela processou o Banco da Inglaterra por acesso a US \$ 1 bilhão em reservas de ouro para combater o coronavírus.

O banco venezuelano pediu ao BOE para liquidar o ouro e enviar os fundos ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que está trabalhando com o país para se preparar para um aumento nos casos covid-19, Zaiwalla & Co., um escritório de advocacia de Londres representando a Venezuela, disse quarta-feira em um comunicado.

Enquanto a pandemia de coronavírus acrescenta uma nova reviravolta dramática à disputa, o processo faz parte de uma longa luta pelos fundos relacionados aos esforços americanos para cortar o regime do presidente Nicolas Maduro de seus ativos no exterior.

No ano passado, as autoridades americanas pressionaram com sucesso seus colegas britânicos para bloquear a tentativa de Maduro de retirar US \$ 1,2 bilhão em ouro venezuelano armazenado no Banco da Inglaterra.

"O arrastar de pés pelo Banco da Inglaterra está prejudicando gravemente a Venezuela e os esforços da ONU para combater a covid-19", disse Sarosh Zaiwalla, sócio sênior da Zaiwalla & Co, no comunicado.

"O povo venezuelano está profundamente ameaçado por essa pandemia, devido ao colapso dos preços do petróleo e aos efeitos das sanções econômicas dos EUA no país. Ao manter as reservas de ouro da Venezuela, o Banco da Inglaterra está colocando muitos milhares de vidas em risco."

Funcionários do BOE e do banco central venezuelano se recusaram a comentar.

Fonte: Mining Com

Autora: Anthony Aarons

Data: 20/05/2020



VALE USARÁ SISTEMA QUE AVALIA TEOR DE MINÉRIO 60 VEZES MAIS RÁPIDO

A Vale implantará dois projetos produzidos pela startup LLK para aumentar sua eficiência operacional, ambos desenvolvidos durante o primeiro e segundo ciclos do programa Mining Hub. O primeiro projeto otimiza o processo de amostragem do teor de minério em 60 vezes, e o segundo amplia em 10 vezes a eficiência na identificação de rasgos e alinhamento na correia transportadora.

De acordo com o diretor-executivo da startup, Luiz Henrique Machado, apesar da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), os sistemas devem ser entregues para a mineradora ainda neste ano. "Inicialmente, a implantação dos dois projetos será realizada na mina do Cauê, em Ipatinga. Existe a negociação para que também sejam implantados em outros lugares, como no Porto de São Luís e na Mina de Salobo", disse em entrevista ao Notícias de Mineração Brasil (NMB).

Machado afirma que outras mineradoras, que também integram o Mining Hub, aguardam a finalização dos testes com a Vale para testarem em seus próprios processos. Ele relata que as duas soluções eram "velhas demandas" do setor mineral.

No processo de amostragem, após realizar a coleta em campo, a Vale tem um tempo de resposta atual de duas horas, em média, por parte do laboratório. "O tempo que leva para a obtenção da informação não atende a necessidade da planta que, durante a análise, pode ter processado toneladas de minério fora das especificações desejadas", descreve o desafio proposto no Hub.

A LLK, então, se propôs, no primeiro ciclo do Mining Hub, a realizar a coleta e a análise em um tempo muito menor. "Desenvolvemos um sistema para que o teor de ferro seja medido com o material que está na correia, de modo on-line, conseguindo fazer a operação de controle de maneira efetiva. Conseguimos reduzir a análise do teor de minério de duas horas para dois minutos, sendo o processo 60 vezes mais rápido", declara o diretor-executivo, ressaltando ainda a redução das perdas na produção.

Já o segundo desafio, também relacionado à eficiência operacional, era reduzir os impactos por rasgos na correia transportadora. "Os detectores de rasgos atuais não são eficazes, pois necessitam de queda de material para poderem funcionar. A grande ocorrência de alarmes falsos e o alto tempo de resposta desse tipo de sistema gera enormes prejuízos para a mineradora tanto pela perda de tapete quanto pela parada da produção", relata o desafio.

A startup, desta vez no segundo ciclo, conseguiu desenvolver um sistema que identifica os problemas de uma forma muito mais precisa.

"Existe problema de rasgo e alinhamento na correia, que não é visível. A gente conseguiu com o sistema, mesmo em ambientes com poeira e chuva, por exemplo, enxergar o quanto a correia está desalinhada e se existe

algum rasgo. Em vez de perder toda correia ou parte dela, o sistema identifica o rasgo meio segundo depois e manda a correia parar. É um sistema 10 vezes mais eficiente em relação à perda de correia que ocorre com outros detectores que existem normalmente", destaca Machado.

O executivo destacou ainda que, além da Vale, a LLK já desenvolveu tecnologias em parceria com empresas como Samarco, Yamana Gold, Kinross, Gerdau e Usiminas.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

Data: 20/05/2020



ANM DEIXA REGRAS DE SEGURANÇA DE BARRAGENS MAIS RÍGIDAS

Automatização de sirenes e mecanismos de alerta e mais critérios nas categorias de risco e nos mapas de inundação são as principais mudanças.

A Agência Nacional de Mineração publicou nesta semana alterações nas regras que regem a segurança das barragens de mineração. A Resolução nº 32/2020 revoga o artigo 15 da Resolução ANM nº13, de 2019, e faz alterações pontuais na portaria DNPM nº 70.389/2017. As principais mudanças são a obrigação de acionamento automatizado de sirenes e de mecanismos de alerta, mais critérios na classificação de categoria de risco e elaboração de estudos de ruptura hipotética mais apurados.

“São alterações estruturantes, resultado de discussões técnicas, experiências vivenciadas na prática e contribuições do Ministério Público de Minas Gerais, que ocasionarão mais incremento nas condições de segurança das barragens de mineração do Brasil”, afirma Luiz Paniago, gerente de Segurança de Barragens da ANM.

As sirenes de todas as barragens de mineração que necessitem de Plano de Ações Emergenciais passam a ser obrigadas a terem acionamento automático e não mais apenas as de Dano Potencial Associado Alto, como exigia a norma anterior. Houve também a inclusão de critérios mais rigorosos na classificação de categoria de risco em situações em que for constatado potencial comprometimento da segurança da barragem.

“Na norma antiga, em algumas situações, as barragens, mesmo com algumas anomalias registradas, não tinham modificação da categoria de risco. Na nova redação, uma nova gama de situações eleva a categoria de risco, o que exigirá mais monitoramento”, explica Eliezer Gonçalves Júnior, chefe da Divisão Executiva de Barragens da ANM.

A Resolução 32 também esclarece melhor quais as condições necessárias para que as mineradoras apresentem as Declarações de Condição de Estabilidade, emitidas duas vezes ao ano, e incluiu mais um item que obriga os empreendimentos a fazerem a Revisão Periódica de Segurança de Barragens. Este último garante que projetos ou obras para dispor rejeitos desaguados nos reservatórios de barragens não comprometa a segurança das estruturas.

Mapas de inundação

Outro item considerado importante avanço na nova resolução pelos técnicos da ANM foi a inclusão de critérios mais aprimorados para a elaboração dos mapas de inundação. O documento é gerado a partir do estudo da provável ruptura da barragem. É neste mapa que se estima a quantidade e o trajeto dos rejeitos, no caso de um rompimento, e é por meio dele que a Defesa Civil trabalha as rotas de fuga e o plano de contingenciamento da população potencialmente afetada. Os novos critérios trazem mais uniformidade e confiança nos mapas de inundação.

“As modificações da resolução espelham o amadurecimento da ANM, principalmente da área técnica de barragens – com as capacitações e especializações técnicas da equipe em conjunto com vários países – somada à campanha de entrega de Declaração de Condição de Estabilidade por parte dos empreendimentos”, diz Débora Puccini, diretora da ANM.

Veja a Resolução 32/2020 aqui

Fonte: Agência Nacional de Mineração

Data: 20/05/2020



MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS AGUARDAM ROYALTIES DA VALE

Dez cidades afetadas pelo colapso de uma barragem de rejeitos em Brumadinho, no estado de Minas Gerais, ainda estão esperando a Vale (NYSE: VALE) transferir fundos conforme um contrato para cobrir perdas incorridas nos royalties da mineração.

Após o desastre na barragem de rejeitos da mina Córrego do Feijão, que matou 270 pessoas no ano passado, a Vale suspendeu as operações de mineração nas cidades de Barão de Cocais, Brumadinho, Belo Vale, Itabira, Itabirito, Congonhas, São Gonçalo do Rio Abaixo, Mariana, Sarzedo e Nova Lima.

Os prefeitos das cidades dizem que a parada teve um grande impacto nas receitas dos municípios, nos quais a Vale atua há mais de 30 anos.

Em documento assinado em abril de 2019, a Vale concordou em pagar uma compensação por perdas em royalties. A mineradora transferiu R \$ 250 milhões (cerca de 43,5 milhões de dólares) para as cidades durante um período até dezembro de 2019.

Os prefeitos da região realizaram novas reuniões com os executivos da Vale em 2020, mas ainda estão aguardando uma decisão sobre o apoio nanceiro deste ano.

“Sempre tivemos um relacionamento claro e ético com a Vale, principalmente depois de Brumadinho. As cidades não querem viver com doações, mas com produção”, armou a Associação de Municípios Mineiros de Minas Gerais.

“Sempre deixamos muito claro para a Vale que os municípios não trabalham com outra opção senão a continuidade do apoio nanceiro. Sem isso, as cidades estão em risco de falência”, armou a associação.

A Vale armou que continua comprometida em realizar ações que permitam retomar as rotinas das famílias afetadas direta ou indiretamente pelo desastre.

“A empresa é sensível e plenamente consciente do impacto econômico e do estresse que a ruptura da barragem tem causado à realidade nanceira dos municípios. A Vale continua comprometida com a adoção de medidas que possam minimizar a queda na receita. Reuniões regulares foram realizadas para alcançar esse entendimento”, disse a empresa em um email para o MINING.COM.

Na semana passada, a cidade de Brumadinho suspendeu a licença de operação da Vale, depois que os agentes de saúde disseram que as atividades no local da empresa “não respeitaram as regras de isolamento social” durante a pandemia COVID-19.

O município também interrompeu as obras de reparo da barragem de rejeitos da mina Córrego do Feijão. O Brasil recebeu US \$ 1,03 bilhão em royalties de minerais em 2019, de acordo com a Agência Brasileira de Mineração. A Vale foi a empresa que pagou mais em royalties com US \$ 566 milhões - ou 54,8%.

Fonte: Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil

Autores: Bruno Venditti

Data: 20/05/2020



SQM PROFITS PLUNGE AGAIN ON LOWER LITHIUM PRICES, SLASHES 2020 CAPEX PLAN

Chilean miner SQM, the world's No. 2 producer of lithium, said late on Tuesday profits plunged by nearly half in the first quarter of 2020 as prices for the battery metal continued to freefall amid the spread of the novel coronavirus.

Supply swamped demand earlier this year and the earnings of top lithium producers continue to be hammered by sliding automobile sales and the economic malaise caused by the pandemic.

SQM posted a 44% drop in first-quarter net income to \$45 million. The grim results prompted the company to slash its 2020 capex plan by nearly a quarter to \$350 million, from \$450 million previously, though it said its expansion plans remain on track.

“Average lithium prices were almost 50% lower than average prices seen during the same period last year,” Chief Executive Ricardo Ramos said in the earnings statement. The tumble in prices dragged lithium revenue down 58%, the company said.

Gross profits from its high-profile lithium business, half of SQM's business during the first quarter of 2019, now account for just 12% of its total, the company said.

SQM, which operates in Chile's far-flung Atacama salt flat, said safety measures implemented early during the country's coronavirus outbreak had spared it the worst.

“We have been able to continue to operate at normal levels over the past months,” the company said.

Chile, a South American mining powerhouse and the top global producer of copper, has seen cases of COVID-19 spike in the past week as its health care system teeters on collapse.

SQM acknowledged difficulties selling in Asian markets early in 2020, but nonetheless expected to increase its market share and boost sales volume this year.

“Our strong balance sheet and firm commitment to the lithium market allows us to continue moving forward with our capacity expansion plans in lithium carbonate and lithium hydroxide,” the company said.

“To date, we expect to finalize both projects by the end of 2021.”

SQM's tough first quarter is likely to weigh heavily on Tianqi Lithium Corp, a top shareholder and another of the world's biggest lithium producers.

The Chengdu, China-based lithium giant has been struggling to repay loans to finance its high-profile \$4.1 billion acquisition of nearly a quarter of SQM - agreed in 2018 when prices for lithium were much higher.

Fonte: Reuters

Autora: Dave Sherwood

Data: 20/05/2020



JUSTIÇA FEDERAL NO RS DECIDIRÁ PRIMEIRA SENTENÇA SOBRE FRAUDE EM ANTIGO DNPM

A Justiça Federal de Porto Alegre vai decidir nos próximos dias a sentença do primeiro dos três processos sobre fraudes em licenças ambientais envolvendo o antigo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), a atual Agência Nacional de Mineração (ANM). A juíza Karine da Silva Cordeiro, da 7ª Vara Federal, está com a ação para o despacho com a sentença desde segunda-feira (18). Esse processo possui 24 réus e trata de supostas fraudes no órgão que regulamentava o setor mineral.

A Operação Concutare foi deflagrada em 29 de abril de 2013 e, passados mais de sete anos, o primeiro dos três processos movidos pelo Ministério Público Federal (MPF) está pronto para ser julgado. Segundo o MPF, o esquema envolvia a venda de licenças ambientais, acelerando o trâmite dos procedimentos tanto no DNPM quanto na Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam).

Foram identificados empresários e consultores ambientais que pagavam propina a servidores públicos em troca de benefícios junto à administração nos dois órgãos.

A investigação foi dividida em três núcleos: DNPM, Fepam e Fepam-Biosenso. O processo que trata do núcleo Fepam estava pronto para ser julgado em abril de 2019, mas houve a necessidade de novas diligências. Nove réus respondem a essa ação. Conforme a investigação, um ex-servidor da fundação recebia propina para agilizar o trâmite de procedimentos administrativos.

A relação de réus inclui empresários e consultores ambientais, além de um técnico ambiental que trabalhou na fundação. O grupo responde pelos crimes de formação de quadrilha, corrupção passiva e ativa, usurpação do patrimônio da União, execução de lavra sem autorização e lavagem de dinheiro.

Em relação ao núcleo Fepam-Biosenso, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região trancou, em março deste ano, a ação penal movida pelo MPF em razão da demora para o oferecimento da denúncia, que ocorreu somente em 2020. São réus nessa ação os dois ex-secretários do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul, Berfran Rosado e Carlos Niedersberg, e o ex-servidor da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) Mattos Além Roxo.

Litoral Norte

Os fatos que motivaram a denúncia se referem a processos de licenciamento ambiental em dois condomínios residenciais do Litoral Norte em 2012. O procurador da República Felipe Muller alega que Berfran seria associado do Instituto Biosenso de Sustentabilidade Ambiental, que, segundo o MPF, era uma empresa "destinada à intermediação ilícita entre empreendedores com problemas em processos de licenciamentos ambientais e servidores públicos atuantes em órgãos ambientais".

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

Data: 20/05/2020



CHINA SIMPLIFICA INSPEÇÕES DE ALFÂNDEGA PARA IMPORTAÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO

A China vai simplificar importações de minério de ferro ao retirar inspeções por amostragem sobre a qualidade do produto, em medida que visa facilitar o comércio, disse na quarta-feira a Administração Geral das Alfândegas.

Os importadores ou agentes que exigem um certificado de qualidade, conhecido como certificado de Inspeção e Quarentena na China (CIQ) precisam enviar a solicitação à alfândega, que a emite após determinadas inspeções.

Todo o minério de ferro entregue na China ainda precisará passar por inspeção em campo e quarentena, incluindo testes para detecção de radioatividade e tratamento em quarentena de inclusões estrangeiras e resíduos sólidos suspeitos ou adulterados, disse a alfândega em comunicado.

Três operadores do mercado de minério de ferro na China disseram que a maioria dos embarques ainda envolverá exigência de um certificado CIQ para conclusão dos negócios. Mas, para algumas transações de minérios tradicionais de grandes mineradoras, espera-se que a nova medida economize algum tempo.

A China, maior consumidora mundial de minério de ferro, importou 358,4 milhões de toneladas do ingrediente siderúrgico nos primeiros quatro meses do ano, em meio a uma forte demanda nas usinas siderúrgicas.

O ajuste nas inspeções entrará em vigor a partir de 1º de junho, de acordo com a alfândega.

Fonte: Money Times

Data: 20/05/2020



EQUATORIAL GUINEA MINES MINISTRY SIGNS FIRST MINING CONTRACTS

Equatorial Guinea's Ministry of Mines and Hydrocarbons (MMH) has signed five mining contracts, marking the first mining contracts signed by the country in its history.

The move comes on the heels of the conclusion of the country's inaugural mining bidding round last year (EG Ronda 2019).

Equatorial Guinea's ministry has signed five mining contracts with three different companies. Among those include one gold exploration contract in Block I with Manhattan Mining Investment.

Other contracts included three prospecting contracts with Blue Magnolia in Block B for bauxite and precious metals, Block K for gold, and Block H for precious metals, base metals, and rare earth minerals.

Also included is the prospecting contract with Shefagold in Blocks N and O for platinum, palladium, silver, magnesium, phosphorus, chrome, copper, iron-ore and other associated minerals.

According to MMH, the new contractors are expected to start exploration activities in the Rio Muni area, which is rich in minerals such as diamonds, gold, base metals, iron-ore and bauxite.

Equatorial Guinea Minister of Mines and Hydrocarbons Gabriel Mbagi Obiang Lima said: "Mining is a key contributor to economic growth and jobs creation across West and Southern Africa, and we truly believe that it is time that Equatorial Guinea enters the race and starts developing its potential in minerals.

"The development of this industry is central to the government's economic diversification agenda and is expected to create thousands of jobs in the future."

Earlier this month, the MMH published a new regulatory framework for mining operations across the country.

MMH said that the new regulation applies to all exploration and exploitation activities by both foreign and local firms wishing to operate in the Republic of Equatorial Guinea.

Fonte: Brasil Mining Site

Data: 20/05/2020



MATERIAL COM INFUSÃO DE GRAFENO PODE SER A PEDRA ANGULAR DOS SENSORES INTELIGENTES DE ÚLTIMA GERAÇÃO

Uma equipe internacional de pesquisadores liderada por especialistas das Universidades de Surrey e Sussex usou o grafeno para desenvolver um material semelhante a opala que - eles dizem - poderia ser a pedra angular dos sensores inteligentes da próxima geração.

Os cristais fotônicos flexíveis, que mudam de cor, podem responder com sensibilidade à luz, temperatura, tensão ou outros estímulos físicos e químicos. Isso significa que eles podem ser usados em sensores que alertam sobre um terremoto iminente, em aplicações biométricas e antifalsificação e em aplicações de assistência médica, como pulseiras que mudam de cor para indicar aos pacientes se o profissional de saúde lavou as mãos.

Em um artigo publicado na revista *Advanced Functional Materials*, os pesquisadores dizem que seu trabalho fornece a primeira demonstração experimental de opalas à base de polímeros mecanicamente robustas, porém suaves, autônomas e flexíveis, contendo grafeno primitivo esfoliado em solução.

"As partículas de polímero são usadas para fabricar objetos do cotidiano, como tintas e tintas", disse Joseph Keddie, co-autor do estudo e professor da Universidade de Surrey, em comunicado à imprensa.

"Nesta pesquisa, fomos capazes de distribuir finamente o grafeno a distâncias comparáveis aos comprimentos de onda da luz visível e mostramos como a adição de pequenas quantidades do material maravilha bidimensional leva a novos recursos emergentes".

Segundo Keddie e seus colegas, dada a versatilidade dos cristais, o método utilizado representa uma abordagem simples, barata e escalável para produzir opalas sintéticas com infusão de grafeno multifuncional.

Fonte: Mining Com

Autora: Valentina Ruiz Leotaud

Data: 20/05/2020

SULFUR SQUEEZE SPELLS TROUBLE FOR CONGO'S COPPER AND COBALT MINERS

Disruptions caused by the coronavirus crisis have pushed up prices for sulfur by about 10% this year in the Democratic Republic of Congo, driving up costs of a vital ingredient for mining cobalt and copper in the African nation.

Coronavirus lockdowns and border closures in South Africa and parts of Zambia and Congo have disrupted transport and other logistics, delaying essential mining supplies.

Congo, the world's biggest cobalt producer, accounted for 70% of global supplies in 2019 of the metal that is used in alloys for jet engines and batteries for phones and electric cars. It is Africa's biggest copper producer, accounting for 6.5% of world supplies. Sulphuric acid is used to extract both.

"Planning can only take you so far and if you rely on those trade flows and there are disruptions, there is nothing you can do about it," said Peter Harrison, head of sulfur and sulphuric acid analysis at CRU Group.

Prices of granulated sulfur, a pure form of sulfur that is easily transported and used to make sulphuric acid, are up about 10% since the end of 2019 at about \$420 a ton.

Mines in Congo are still producing copper and cobalt, which is major byproduct in the process, mostly relying on existing stocks of sulphuric acid and other chemicals, or reagents.

"We are seeing high prices for reagents," a logistics official said. "The market needs a couple more weeks before some of the mining operations become desperate and are forced to buy at inflated prices or risk shutting down."

(Graphic: Global sulphuric acid prices - here)

Congo miners import about 3 million tonnes of sulphuric acid a year, mainly buying from smelters in Zambia, and about 450,000 tonnes of granulated sulfur, mostly coming via suppliers in South Africa, according to CRU.

Transport accounts for most of the costs involved.

Typically, purchasing the acid accounts for 16% of operating costs for Congolese mines, which include those operated by Glencore, China Molybdenum and Chemaf, a subsidiary of Dubai-based Shalina Resources.

Glencore, whose Congo unit said in April it was postponing plans to build an acid plant to the second half of 2020, declined to comment.

A spokesman for China Molybdenum, which runs the Tenke Fungurume mine, said the company had a stock of sulfur needed to make the acid and said supply still seemed "fairly regular".

Chemaf Chief Financial Officer Nico de Lange said the company's Etoile cobalt mine was well stocked with sulfur but said the company was now paying 8%-10% more than in December.

Mines extracting the metals from oxide ore typically use 3.5 to 4.5 tonnes of sulphuric acid for each ton of copper produced, according to consultants Roskill.

Congo produced about 1.4 million tonnes of copper and almost 90,000 tonnes of cobalt in 2019, the central bank said.

(Graphic: Global copper output 2019 - here(1).png)

Regional demand for sulfur rose in the past 18 months as new mines opened, smelter shutdowns squeezed supply and some mines opted to produce their own acid to cut freight costs, said Cheryl Thomas, Africa sales manager at reagent supplier Axis House.

Increased demand from China's fertilizer industry has tightened global supply and lifted prices for Asia-origin sulphuric acid in the last two weeks, said Andy Hemphill, ICIS senior markets editor for sulphuric acid and potash.

(Graphic: Copper and cobalt prices - here).

Fonte: Reuters

Autor: Helen Reid, Zandi Shabalala

Data: 20/05/2020



BILIONÁRIO CONTRATA EX-ESPIÕES EM MEIO À DISPUTA CONTRA VALE

Escritórios, sites e funcionários foram meticulosamente postos em ação

A Black Cube, agência de inteligência privada administrada por ex-espiões israelenses, passou meses investigando empresas no mundo todo. Escritórios, sites e funcionários foram meticulosamente postos em ação: tudo parte de uma cilada visando ex-executivos da Vale (VALE3).

A operação da Black Cube, divulgada em processo na quinta-feira e descrita por pessoas com conhecimento do caso, representa a mais recente escalada de uma amarga batalha entre a Vale e o bilionário da mineração Beny Steinmetz.

O que começou na Guiné como uma parceria em um dos depósitos de minério mais ricos do mundo se transformou em uma disputa global que esclarece como as fortunas podem ser acumuladas e perdidas no mundo da mineração africana.

Como a crescente demanda chinesa por matérias-primas estimulou uma corrida por ativos na África, Steinmetz adquiriu os direitos do projeto de minério de ferro Simandou em 2008. A Vale comprou uma participação de 51% cerca de um ano depois. Então, o novo presidente da Guiné voltou a assumir controle do ativo após uma investigação sobre corrupção. A Vale busca uma indenização de Steinmetz.

Embora Steinmetz sempre tenha negado irregularidades, ele diz no processo que a Vale suspeitava o tempo todo que sua aquisição original dos ativos poderia ser problemática. A Vale disse em documentos judiciais que não sabia.

Steinmetz diz que a operação – detalhada em processos judiciais que incluem uma declaração de um dos fundadores da Black Cube e transcrições de conversas com ex-executivos da Vale – mostrou que a mineradora estava desconfiada antes de assinar o acordo. Isso prejudica o pedido de indenização da Vale, argumenta.

Um porta-voz da Vale, empresa que tenta receber US\$ 2 bilhões após vencer um processo de arbitragem em Londres no ano passado, preferiu não comentar.

“Este relatório confirmou o que estávamos dizendo desde o primeiro dia. A Vale sabia de tudo, não houve surpresa para eles. Agora, temos a prova completa disso. Fiquei feliz em ver isso, porque até agora estávamos brigando e ninguém acreditava em nós”, disse Steinmetz em entrevista à Bloomberg News nesta semana.

Há quase uma década, Steinmetz enfrenta desafios legais e investigações sobre como obteve os direitos ao depósito na Guiné. O governo guineense retirou as acusações de corrupção contra ele após uma disputa de sete anos. Ele nega qualquer irregularidade.

No ano passado, o Tribunal de Arbitragem Internacional de Londres concluiu que a BSG Resources, de Steinmetz, apresentou representações fraudulentas para a Vale quando vendeu a participação da mina. O recurso de Steinmetz foi derrubado.

O tribunal ordenou que a BSGR pagasse à Vale US\$ 2 bilhões por suas perdas na joint venture. Para coletar o dinheiro devido por essa ordem, a Vale tentou congelar os ativos de Steinmetz e está pedindo a um juiz dos EUA que ajude a comprovar investimentos que ele e outros supostamente fizeram em imóveis de Nova York.

Fonte: Bloomberg Brasil

Data: 22/05/2020



EXPORTAÇÕES DE OURO PARA O CANADÁ CRESCEM QUASE 500% AO MÊS COM PANDEMIA

As exportações brasileiras de ouro em forma bruta para o Canadá aumentaram em 480% em abril, em relação ao mesmo mês do ano passado. Em março, o salto havia sido ainda maior, de 496%. Entre janeiro e abril, a alta foi de 196%: chegaram a US\$ 362 milhões neste ano contra US\$ 192,5 milhões no mesmo período de 2019, segundo levantamento da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CCBC), com base nos dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

Corram para as montanhas.

O motivo para a alta nas exportações é claro, é a busca pela segurança. Segundo Paulo de Castro Reis, diretor de relações institucionais da CCBC, o contexto de incerteza global devido à covid-19 “faz com que mais pessoas busquem a segurança monetária do ouro para garantir a manutenção do valor de suas riquezas.”

Commodities primárias.

Como o crescimento foi concentrado no chamado bulhão dourado, sendo que a exportação de barras de ouro ficou estável, Castro Reis diz que a participação brasileira na cadeia do metal está no estágio mais básico de extração. O ouro provavelmente será refinado e industrializado fora do País. Com grandes mineradoras canadenses no setor no Brasil, a exportação desse produto ao Canadá pode ser notada com bastante relevância, afirma ele.

Fonte: Estadão

Autora: Cristiane Barbieri

Data: 22/05/2020



DOIS MIL GARIMPEIROS BUSCAM OURO EM RAPOSA SERRA DO SOL

Estimativa é da Polícia Federal que realiza, desde março, operações na Terra Indígena, homologada há mais de 10 anos, onde vivem 22 mil pessoas

Uma década depois da retirada definitiva dos arroteiros, a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, volta a ser palco de conflitos, desta vez por causa do avanço da invasão garimpeira na região, estimulada indiretamente pelo presidente Jair Bolsonaro através do polêmico projeto de mineração em terras indígenas. Ponto de coibição por seu subsolo rico em jazidas de ouro, diamante e minerais estratégicos, a TI de mais de 1,7 milhão de hectares em área contínua e cerca de 22 mil índios divididos em cinco etnias, vive o novo ciclo em meio a divergências internas entre as comunidades e entidades indigenistas. O presidente incentiva o grupo favorável à sua proposta.

“Vocês estão em cima de trilhões de reais. Não podem continuar sendo pobres em cima de uma terra rica”, disse o presidente numa live gravada com a presença da indígenas em seu gabinete no Palácio do Planalto em dezembro do ano passado. Foi como uma senha às invasões. Nos últimos dois meses, alheios ao estímulo presidencial, a Polícia Federal (PF), apoiada pelo Exército, fez duas operações na região para conter a onda de invasões, prendeu indígenas, empresários de garimpo e apreendeu equipamentos usados na mineração de ouro.

Numa operação em Normandia, na região conhecida por Raposa, em meados de março, num garimpo a dez quilômetros da comunidade Napoleão, os policiais contaram cerca de 960 pessoas, divididas em 12 grupos, em plena atividade. Segundo a PF havia até uma divisão contabilizada sobre o ouro extraído: 24% ficava com os proprietários das máquinas usadas para processar o minério, 72% com os garimpeiros (indígenas e não indígenas) e apenas 4% dos lucros ficava com a comunidade. O mesmo sistema de divisão seria aplicado a outros garimpos detectados no município de Uiramutã, área da Serra do Sol, ao longo dos rios Maú e Cotingo e Kino, onde as atividades estariam a pleno vapor, mesmo com a pandemia do coronavírus avançando sobre territórios indígenas.

A PF não tem um levantamento fiel sobre o total de garimpeiros, mas estima que em cada um dos garimpos o número seja semelhante ao encontrado em Normandia, o que envolveria, por baixo, uma massa de cerca de dois mil garimpeiros em toda a TI Raposa Serra do Sol em busca de ouro. É um cenário perigoso para uma região que antes do atual governo experimentava uma fase de paz, depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) homologou a demarcação em 2005 e, quatro anos depois, ordenou a definitiva expulsão dos produtores de arroz que antes de irem embora incendiaram a Raposa Serra do Sol com uma série de conflitos armados.

Bolsonaro é o elemento novo. Numa clara ofensiva para emplacar seu projeto de mineração, o presidente Jair Bolsonaro aliou-se à Sociedade de Defesa dos Índios de Roraima (Sodiurr), entidade que esteve ao lado dos arroteiros, para confrontar o poder do Conselho Indigenista de Roraima (Cir), a mais forte entidade, que controla 72% das 342 comunidades indígenas e Roraima e luta por um modo mais tradicional de exploração, baseado na preservação dos recursos naturais. A Sodiurr, que tem apoio de 17% das comunidades, defende um projeto de desenvolvimento mais amplo, com parcerias tanto na mineração quanto na pecuária e agricultura, seguindo métodos capitalistas para grandes empreendimentos.

“O discurso do presidente atraiu não-índios para dentro do território. Agora, com o avanço do coronavírus, a TI vive uma situação complicada de saúde. Conseguimos bloquear quatro entradas, monitoramos a movimentação através de nossos guardiões (um grupo de vigilantes indígenas), mas é difícil fazer controle”, diz o macuxi Edinho Batista de Souza, vice-presidente do Cir. Segundo ele, o governo cooptou lideranças da Sodiurr de baixa representatividade nas comunidades, mas não está conseguindo adesão.

Em dezembro, Bolsonaro recebeu a presidente da Sodiurr, a pedagoga macuxi Irisnaide Silva Souza, e outros dois líderes favoráveis à mineração, levados ao Palácio do Planalto pelo senador Chico Rodrigues (DEM-RR) e pelo secretário nacional de Assuntos Fundiários, Nabhan Garcia. A explícita mensagem de apoio à mineração estimulou as invasões, mas também acordou as lideranças do Cir, que passaram a promover eventos para conscientizar as etnias da Raposa Serra do Sol a não se deixarem encantar por promessas de riqueza fácil. O projeto do governo, segundo o macuxi Edinho, não só mudaria o modo de vida tradicional e a própria cultura indígena, como também implicaria em pesados custos ao meio ambiente e à saúde, com a poluição dos rios pelo despejo de mercúrio.

“Onde tem garimpo, tem destruição. Quem ganha são garimpeiros não-índios, empresários que levam as máquinas dentro das terras indígenas e comerciantes que vendem os insumos para mineração, como o mercúrio. A gente já sabe o custo disso em saúde”, afirma Edinho, se referindo aos vizinhos Yanomami, que também vêm sendo afetados pelas invasões e despejo de mercúrio nos rios da reserva. Em meados de março, num evento na Serra, em que debateram o projeto do governo, Edinho disse que derrubou o argumento dos adversários oferecendo ao

senador Chico Rodrigues, que é defensor da mineração em terra indígena, um copo de água com mercúrio. Segundo ele, o produto está sendo largamente usado também nos garimpos da Raposa Serra do Sol.

Indígenas contaminados por mercúrio

A procuradora da República, Ana Carolina Bragança, coordenadora da Força Tarefa Amazônia, diz que a mineração ilegal desencadeou uma série de crimes, como a lavagem de dinheiro do ouro extraído ilegalmente, mas tem seu lado mais perverso na saúde das populações indígenas, pelo uso de mercúrio. Com base em levantamento feito em 2018 pelo Ministério das Minas e Energia sobre mineração em pequena escala, o Ministério Público Federal aponta que de 35 unidades produtoras de ouro pesquisadas na Amazônia, apenas uma utilizava cianeto na produção. Todas as demais, um universo estimado em 95% dos casos, usavam o mercúrio no processo de amalgamação do minério.

O MPF diz que uma outra pesquisa, feita pelo Instituto Oswaldo Cruz, revela um verdadeiro desastre para a saúde dos Yanomami: 91% da população estariam com níveis de contaminação de mercúrio acima do que é recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). O despejo do mercúrio libera nos rios o metilmercúrio, elemento químico que causa danos cerebrais, como o retardo mental, e torna vulneráveis fetos durante a gravidez.

O efeito danoso do mercúrio é uma das assombrações que o Cir utiliza como argumento para convencer a população da Raposa Serra do Sol a se posicionar contra a mineração. O outro são as imagens de destruição que a Polícia Federal constatou in loco ao chegar no garimpo de Normandia no dia 12 de março. Havia máquinas escavadeiras, moinhos trituradores de pedras e veículos de transporte, operados por garimpeiros. Dias antes, o Ibama havia destruído máquinas encontradas em outros pontos da região. Um empresário e quatro índios que se apresentaram como responsáveis pelo garimpo de Normandia – Lindon, Zé Ernesto, Ennes e David Napoleão – acabaram presos por usurpação de matéria-prima da União, associação criminosa e extração ilegal de recursos minerais. Eles foram soltos dois dias depois, com o pagamento de uma fiança de dois salários mínimos cada um.

A prisão revoltou a presidente da Sodiurr que, em entrevista à Agência Pública, repudiou a ação, criticou a falta de transparência da Polícia Federal e afirmou que os índios foram enganados. “Eles foram convidados prestar esclarecimentos na capital. Só quando chegaram lá é que a polícia pediu a uma coordenadora da Funai que informasse que estavam presos em flagrante”, disse Irisnaide. “Os indígenas não vão mais cair nessa conversa”, avisou. Em 2005, para tentar evitar a retirada dos arroteiros, índios ligados à Sodiurr chegaram a sequestrar cinco policiais federais. Segundo ela, os indígenas favoráveis à mineração praticam o chamado garimpo artesanal e não poderiam ser tratados como criminosos. “Precisamos que o governo federal venha orientar e nos mostrar o caminho para que índios não sejam tratados como bandidos”, afirmou.

O vice-coordenador do Cir diz que os índios foram presos porque tentaram assumir a responsabilidade pelas máquinas encontradas no local, mas que na verdade pertencem a empresários e políticos que moram nas cidades. “Os 4% dos lucros não iam para a comunidade. Ficavam com membros da comunidade cooptados. Não se trata de garimpo artesanal: havia máquinas para quebrar pedras e triturar. Os donos nem lá estavam. Parente não é dono de máquina”, disse Edinho. Segundo ele, os índios foram presos porque se deixaram usar pelos empresários, repetindo o mesmo tipo de relação que mantinham com os arroteiros.

Edinho garante que a maioria dos índios das comunidades filiadas a Sodiurr tem parceria com o Cir e rejeita a mineração. A entidade está fazendo um minucioso levantamento sobre a presença de garimpeiros e vem mantendo contato mais estreito com o Exército, MPF, PF, Ibama e Funai para forçar operações de retirada de garimpeiros que estão dentro da área ou impedir os que tentam entrar por outros estados e pelas fronteiras da Raposa Serra do Sol com a Venezuela e a Guiana.

“As declarações do presidente Jair Bolsonaro deram força às invasões, mas também nos incentivaram a melhorar o controle”, afirma Edinho. Há poucos meses o Ibama e a Funai, segundo ele, destruíram uma balsa e encaminharam garimpeiros à Polícia Federal graças ao trabalho dos seguranças indígenas. O Cir controla um grupo estimado em 400 guardiões encarregados de monitorar os territórios no Estado em busca de focos garimpeiros e agora, principalmente, para controlar a pandemia do coronavírus.

Alinhada com o discurso que Bolsonaro gosta de repetir, Irisnaide diz que o Cir é influenciado por ONGs nacionais e internacionais que, contrárias a mineração, colocam índio contra índio, restabelecendo na questão da mineração o mesmo conflito de 2005. Na época o Cir venceu a disputa, conseguindo a demarcação em área contínua e a completa expulsão de arroteiros. “A briga começou novamente. Eles (Cir) começaram a denunciar e pedir providências para operações contra os próprios indígenas que estavam na atividade de garimpagem. São radicais e não querem o progresso”, diz Irisnaide. Segundo ela, Bolsonaro quer a mineração, “mas infelizmente enfrenta vários desacordos de órgãos públicos”, afirma, se referindo às ações da Polícia Federal.

O presidente, na verdade, deu a senha para as invasões ao estimular a Sodiurr, mas depois, diante da repercussão negativa de sua proposta, recuou. “Vou propor que o projeto de mineração seja retirado da pauta do Congresso. Hoje não há clima para apreciar a matéria, que só deve voltar depois da crise, num tempo normal”, reconhece o senador Chico Rodrigues, que apoia a Sodiurr e defende a mineração como projeto de desenvolvimento

para as comunidades indígenas de Roraima. Ele acha que Bolsonaro não estimula o conflito, mas sim o uso do subsolo riquíssimo que, na sua opinião, não pode deixar de ser explorada “por causa de meia dúzia de ongueiros”.

Edinho diz que a real motivação do governo por trás do projeto são interesses de empresas multinacionais americanas e canadenses que seriam abraçadas pelos Bolsonaro. O coordenador do Cir lembra que o deputado Eduardo Bolsonaro pretendia colocar o projeto de pé já na época em que chegou a ser indicado, sem sucesso, como embaixador nos Estados Unidos.

“A Raposa Serra do Sol, que tinha um conflito histórico com os arroteiros, voltou a ter problemas com garimpo, acumulando problemas que vão da poluição dos rios aos novos riscos impostos pela pandemia do coronavírus. É necessário que os órgãos governamentais de segurança organizem uma operação firme e duradoura para retirar os invasores em toda a Amazônia para evitar conflitos que podem se acentuar com a pandemia do coronavírus. Há uma tensão constante na região”, disse à Agência Pública a procuradora Ana Carolina Bragança, coordenadora da Força-Tarefa Amazônia.

Ela trabalhou em Roraima até o ano passado e diz que a figura do garimpeiro que fez parte da história da região, com a bateia, picareta e trabalho rudimentar, já não existe mais. “Agora são empresários de mineração, que fazem grandes investimentos em maquinário e contratam mão-de-obra para explorar”. Segundo ela, uma balsa flutuando nos rios de Roraima custa cerca de R\$ 100 mil, investimento que exige uma atividade econômica organizada e não está à altura do garimpeiro tradicional e nem de comunidades indígenas.

O ouro extraído ilegalmente de terras indígenas, segundo a procuradora, alimenta também uma verdadeira lavanderia de dinheiro ilícito, que começa com uma declaração falsa de origem e termina no contrabando, facilitado quando o ouro é comercializado como mercadoria e não como ativo financeiro. “No ano passado 100 quilos de ouro extraídos em Roraima foram exportados para a Índia sem que o Estado tenha em vigência nenhuma permissão de lavra garimpeira”, lembra a procuradora. Nesta semana a Justiça Federal de Roraima aceitou uma denúncia do MPF contra 33 empresários que, entre janeiro de 2015 até dezembro do ano passado, venderam para os Emirados Árabes e Índia, cerca de 1.200 quilos de ouro contrabandeados da Venezuela como se fossem sucata, um indicativo de que os problemas na fronteira vão além dos conflitos em ebulição na Raposa Serra do Sol.

Fonte: Agência Pública

Data: 22/05/2020



VALE: ENTRE ÂNIMO COM MINÉRIO E CETICISMO DOS ESTRANGEIROS COM AS MEDIDAS DE TRANSFORMAÇÃO DA MINERADORA

Norges Bank excluiu a ação da Vale de seus fundos, indicando cada vez mais a importância da questão ambiental nas decisões de investimento.

A ação da Vale (VALE3) vem despontando na bolsa como uma das mais resilientes ao cenário da crise do coronavírus atual. Nos momentos mais agudos do pânico do mercado, os ativos VALE3 apareceram como uma das boas opções de investimento por fundos, com a busca por ações mais ligadas ao cenário global em um cenário de retomada da China após o pico da pandemia do coronavírus (enquanto outros países ainda vão passar pela fase mais aguda da doença), ao mesmo tempo em que o minério de ferro não foi tão impactado quanto as demais commodities.

Isso pode ser observado através do desempenho das ações da companhia: no acumulado do ano, os papéis caem 5,68%, uma pequena baixa em relação ao Ibovespa, de 28,94% no mesmo período. Esse movimento acontece menos de um ano e meio depois do desgaste de imagem sofrido após a tragédia de Brumadinho, em 25 de janeiro de 2019, que fez grande parte do mercado abandonar o investimento na mineradora.

A companhia, aliás, vem buscando adotar medidas que acabam por contribuir na busca por uma melhora da sua imagem. Além de ter ficado na linha de frente para conseguir que testes rápidos para o coronavírus chegassem ao Brasil, a mineradora anunciou no último dia 13 de maio que investirá ao menos US\$ 2 bilhões para reduzir em 33% suas emissões de carbono (diretas e indiretas) até 2030. Em comunicado, ela ressaltou que o valor do investimento é “o maior já comprometido pela indústria da mineração para o combate às mudanças climáticas”.

O anúncio de um montante tão significativo pode ser um sinal de que a busca por adotar as melhores práticas ambientais, sociais e de governança, representadas pela sigla em inglês ESG, vem importando cada vez mais para os potenciais sócios das empresas. Isso é particularmente emblemático no caso da Vale, que teve a sua imagem seriamente abalada por conta dos rompimentos de barragens em 2015 e 2019 e Minas Gerais, que ceifaram centenas de vidas e levaram a um rastro de destruição ambiental em diversas cidades. Após Brumadinho, a mineradora ainda trocou o presidente, se comprometeu em descomissionar barragens de maior risco e construiu uma unidade de tratamento para despoluir reservas hídricas afetadas.

Contudo, as tragédias seguem sendo marcantes para aqueles que pensam em ter ou possuem ativos da companhia. No mesmo dia em que a Vale anunciou o investimento para reduzir emissões de carbono, o maior fundo soberano do mundo, da Noruega, com US\$ 1 trilhão em ativos, excluiu a companhia (além da brasileira Eletrobras e outras quatro petroleiras estrangeiras) de suas decisões de investimento, destacando justamente as questões ambientais, mostrando que o cerco vem se fechando cada vez mais.

O Norges Bank começou a usar a emissão de gás carbônico como critério de veto a investimentos há quatro anos. Ele afirmou que já se desfez de toda sua posição nas empresas vetadas, mas que levou um longo tempo para a operacionalização das suas vendas. Isso por conta da situação de mercado, incluindo a falta de liquidez de alguns ativos.

O fundo possui US\$ 9,6 bilhões investidos no Brasil, sendo US\$ 7,6 bilhões em ações de 136 companhias e US\$ 2 bilhões em renda fixa. Como um dos maiores do mundo, ele tem capacidade de influenciar a tomada de decisões de outros investidores. Sobre a Vale, o fundo afirmou que ela deveria ser excluída por “riscos inaceitáveis que ela contribuía” ou por ser responsável por sérios estragos ambientais, lembrando o rompimento das barragens. Procurada pelo **InfoMoney** para se posicionar sobre o assunto, a Vale não se manifestou até o fechamento da matéria.

Assim, a medida tomada pelo fundo norueguês e os argumentos para se desfazer de sua posição de US\$ 375 milhões ou R\$ 2,2 bilhões, segundo dados de 2019, atingiu em cheio a mineradora, ainda mais em um momento em que ela busca melhorar a sua imagem. Nesse sentido, o anúncio de medidas para redução de emissão do carbono no mesmo dia em que a companhia saiu dos fundos da Norges foi particularmente emblemático em meio aos sinais de que a companhia pode ter demorado muito para atuar.

Atuação suficiente?

Fabio Alperowitch, da Fama Investimentos e investidor de empresas sustentáveis há mais de 30 anos, destaca que a iniciativa da Vale é positiva, apontando que é um dos maiores projetos do mundo na frente de redução de carbono. Porém, o gestor segue cético com a companhia, dado o complicado histórico do ponto de vista ambiental.

“Depois de dois eventos super negativos [Mariana e Brumadinho], é muito natural que uma empresa precise tomar atitudes por questões de sobrevivência, deve resposta a investidores, para a sociedade e a funcionários e, neste sentido, ela precisa fazer ainda mais do que poderia se esperar dela”, afirma. Alperowitch reforça, contudo, que a companhia deveria tomar outras medidas que, a princípio, poderiam gerar menos repercussão, mas que são importantes, como desistir dos pedidos de concessão de lavra em áreas indígenas.

De qualquer forma, o gestor vê como importante a iniciativa do fundo soberano norueguês de fazer investimentos levando em conta a preocupação com o impacto ambiental, o que também pode influenciar outros investidores a aumentarem a sua seletividade com ativos levando em conta as questões de ESG.

Com relação à possível volta de investidores (principalmente estrangeiros) para a ação da mineradora, Alperowitch reforça que há todos os perfis e “diferentes graus de tolerância”. “Há quem veja que as medidas tomadas até agora pela companhia são suficientes para voltar a comprar a ação da companhia, há quem espere a resolução de outras questões, como a indígena”, avalia.

Porém, no longo prazo, a tendência é de que as empresas tomem cada vez mais consciência da importância dos temas ambientais, catalisadas pelas iniciativas de grandes fundos. Nesse sentido, também se destaca a iniciativa da BlackRock, que anunciou no início do ano que colocaria as mudanças climáticas no centro de sua estratégia, um plano que inclui sair de investimentos em títulos e ações de empresas de carvão térmico de suas carteiras ativas.

Fernando Fontoura, gestor da Persevera, também reforça que a Vale percebeu que ela precisaria dar uma atenção maior aos temas ambientais e passou a se movimentar nessa direção.

“Contudo, esse é um esforço que tem um período de maturação e é importante que ele seja muito genuíno dentro da corporação, já que demora em mostrar resultados”, avalia. Além disso, os resultados podem ser subjetivos, com o impacto sendo principalmente na percepção da sociedade e dos investidores sobre as iniciativas. Assim, a saída do fundo da Noruega é apontada por Fontoura absolutamente como uma “decisão de retrovisor”, dadas as dificuldades em fazer uma análise prospectiva sobre as medidas.

Independentemente disso, Fontoura também aponta que essas medidas adotadas pelos grandes fundos têm um impacto para os ativos da companhia, ajudando a explicar porque ela segue relativamente barata frente a seus pares – ainda que tenha registrado uma performance melhor do que o Ibovespa no ano.

A avaliação é de que a companhia tem conseguido retomar gradativamente a confiança dos investidores mais de um ano após Brumadinho, em que ela foi praticamente esquecida pelo mercado por conta da tragédia. Porém, ela ainda enfrenta um cenário desafiador uma vez que, mesmo com a resiliência do minério de ferro com o cenário de retomada da atividade da China após o pico da pandemia de coronavírus, os investidores ainda estão reticentes com o setor de commodities como um todo.

Além disso, cabe ressaltar, um dos motivos para a commodity estar por volta dos US\$ 100 é a perspectiva de redução de produção da própria Vale por conta do alto número de casos de coronavírus no Brasil, que pode levar ao aumento das medidas de isolamento social. Assim, se ela ganha com o valor mais alto da commodity, é impactada com a menor produção. O preço spot de referência chegou a ser negociado a US\$ 97,15 nesta semana, a cotação mais alta desde setembro.

Otimismo no sell-side, mas com algumas questões no radar

Entre as instituições financeiras e casas de análise do chamado sell-side (segmento em que os profissionais “vendem” relatórios sobre a atual situação da empresa), a visão é majoritariamente positiva: de 26 casas que cobrem o papel, 21 (ou 80,8% recomendam compra dos ativos, 4 (ou 15,4%) possuem recomendação neutra, enquanto apenas 1 (ou 3,8%) possui recomendação de venda.

Uma das casas é o Credit Suisse, que apontou 10 motivos para a manutenção do papel da companhia como top pick do setor também quase ao mesmo tempo que os anúncios do Norges Bank e da Vale de redução de carbono.

Dentre os motivos, além da retomada da China voltando a funcionar apoiando os preços do minério de ferro, com as taxas operacionais dos fornos subindo e os estoques de aço caindo rapidamente, o fato da ação ser uma espécie de hedge cambial, já que uma depreciação de 10% do real gera um aumento de 5% do lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações (Ebitda) também é apontada como um fator.

Para os analistas, a Vale é uma história de re-rating com vários catalisadores, como o descomissionamento de barragens de rejeitos, possível acordo com os promotores sobre Brumadinho e fim de problemas regulatórios. A expectativa é de que haverá um restabelecimento da política de dividendos em 2020, com um dividend yield (indicador calculado pelo dividendo pago por ação dividido pela cotação do papel) de 9%.

Um dos últimos pontos destacados é justamente que os investidores estrangeiros ainda estão pouco posicionados na ação. Assim, um potencial aumento da exposição do investidor de fora à medida que as pendências judiciais forem sendo resolvidas pode gerar um momento positivo significativo para as ações, avalia.

Porém, esse é um ponto que ainda é alvo de questionamentos ao levar em conta o aumento da importância das questões de ESG que, ainda que estejam apenas “engatinhando” no Brasil, têm ganhado cada vez maior importância nos Estados Unidos e é bem relevante entre os investidores europeus.

Para Alperowitch, apesar do tema ESG ser inicial no Brasil e de haver investidores com um diferente perfil de tolerância com relação às questões ambientais, sociais e de governança para investir em uma empresa, no geral, o tema tem avançado e ganhado importância. “A mesma notícia [de Brumadinho], dez anos atrás, talvez não levaria a tanta reação dos fundos de tirar a Vale da carteira. Se fosse daqui dez anos, se houvesse o mesmo caso, a reação poderia ser ainda maior. O fato é de que há a tendência de mais e mais investidores olhando para isso no seu portfólio de investimentos”, avalia.

A Vale está de olho nisso – e está se movimentando para mudar a percepção do mercado. Se ela será bem sucedida, só o tempo (um longo tempo, por sinal) dirá.

Fonte: InfoMoney

Autor: Lara Rizério

Data: 23/05/2020